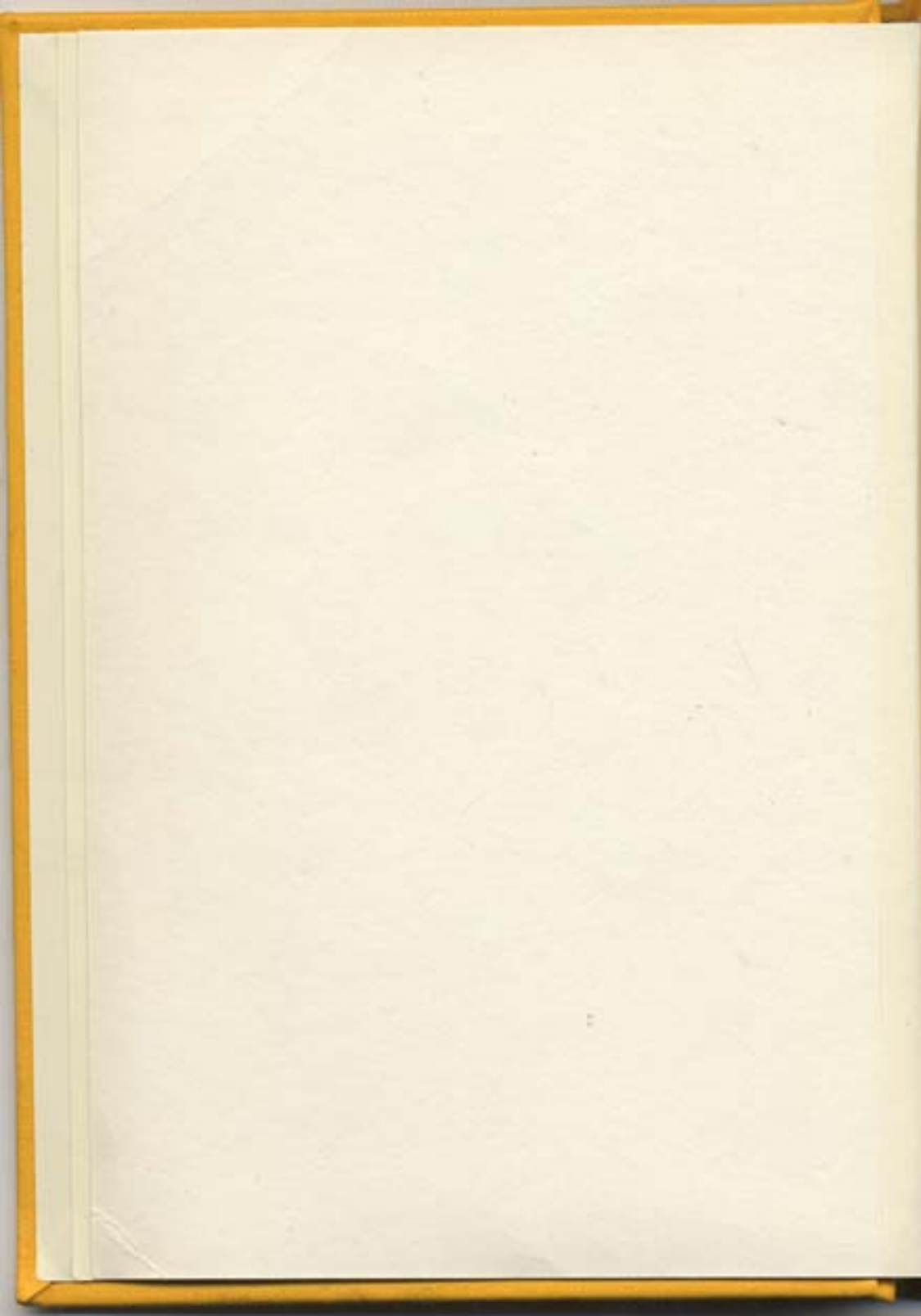


Pêro de Magalhães de Gândavo

REGRAS QUE ENSINAM  
A MANEIRA DE ESCREVER  
E A ORTOGRAFIA  
DA LÍNGUA PORTUGUESA

*Edição fac-similada*

BIBLIOTECA NACIONAL  
LISBOA  
1981



REGRAS QUE ENSINAM  
A MANEIRA DE ESCREVER  
E A ORTOGRAFIA  
DA LÍNGUA PORTUGUESA

REGRAS QUE ENZINAM  
A MANEIRA DE ESCRIVER  
E A ORTOGRAFIA  
DA LINGUA PORTUGUESA

MINISTÉRIO DA CULTURA E COORDENAÇÃO CIENTÍFICA  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Pêro de Magalhães de Gândavo

REGRAS QUE ENSINAM  
A MANEIRA DE ESCREVER  
E A ORTOGRAFIA  
DA LÍNGUA PORTUGUESA

Com o diálogo que adiante se segue  
em defesa da mesma língua

*Edição fac-similada da 1.ª edição*

Introdução  
de  
Maria Leonor Carvalho Buescu



BIBLIOTECA NACIONAL  
LISBOA  
1981

15008  
V

INSTITUTO DA LINGUA PORTUGUESA  
INSTITUTO DA LINGUA PORTUGUESA

REGRAS QUE NUNCAM  
A MANEIRA DE ESCREVER  
E A ORTOGRAFIA  
DA LINGUA PORTUGUESA

---

Esta edição, de que se fizeram 1000 exemplares, foi composta por:  
SOTEXTO, Lda — Rua António Enes, 18, r/c Esq<sup>o</sup>., Lisboa

---

A execução dos fac-símiles e a impressão foram feitas por:  
Enclave de Reabilitação  
Biblioteca Nacional — Lisboa

---

1<sup>a</sup> edição — Dezembro de 1981

---

© Biblioteca Nacional — Lisboa

---

## INTRODUÇÃO

1. Pêro de Magalhães de Gândavo (? - depois de 1579) nasceu em Braga, filho de pai flamengo, origem de que dá conta o nome *Gândavo*, derivado do topónimo alatinado *Gandavum*, Gand, cidade da Flandres com a qual Portugal mantinha estreitas relações comerciais, e que era conhecida com o nome de Gante ou Guante<sup>(1)</sup>

Foi, contudo, na sua província natal de Entre Douro e Minho, região «conservador da semente portuguesa», como lhe chamara João de Barros<sup>(2)</sup>, que Pêro de Magalhães de Gândavo, que entretanto ocupara também o cargo de copista da Torre do Tombo, foi casado e ensinou latim e, obviamente, português.

Apesar de pouco sabermos sobre a sua preparação escolar, a verdade é que a sua obra, ainda que exígua, testemunha que o humanista estava a par do panorama literário português do séc. XVI, mencionando, com entusiasmo adequadamente hierarquizado, os poetas e humanistas que assinalaram o movimento intelectual do tempo, desde Sá de Miranda a Luís de Camões, passando por André de Resende e João de Barros. Apreço talvez recíproco, como fa-

(1) De facto, segundo Antenor Nascences, *Dicionário Etimológico do Português*, vol. II, R. de Janeiro, 1959, *Gândavo* seria preferível a *Gândavo*, tendo em vista a prosódia do vocábulo latino correspondente, *Gandavum*. No entanto, opinião contrária é defendida por Joaquim da Silveira, cf. *Bibliografia*.

(2) *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, p. 402. Cita-se pela edição de 1971 (cf. *Bibl.*).

zem pensar os tercetos e o soneto que, servindo de prólogo à sua *História da Província de Santa Cruz* (1576), constituem uma homenagem de Camões ao autor.

Embora uma parte da sua vida tenha decorrido, pois, em Entre Douro e Minho, o percurso biográfico de Pêro de Magalhães leva-o por duas vezes ao Brasil, resultando, de cada uma dessas estadias, a redacção de uma obra de conteúdo brasileiro, as quais fazem, do mestre de Braga, o primeiro historiador do Brasil, muito provavelmente fonte, por exemplo, da obra de Jean de Léry ou Ioannis Leryus<sup>(1)</sup> que, em versões e traduções várias, difunde, através duma Europa ávida, as primeiras imagens dum mundo novo e pujante.

Assim, o *Tratado da Província do Brasil*, que se manteve inédito até ao séc. XIX<sup>(2)</sup>, deve ter sido redigido por volta de 1569, data provável da sua primeira estadia no continente sul-americano, e a *História da Província de Santa Cruz* em 1576, aquando da sua segunda estadia, em que desempenhou o cargo de provedor da Fazenda da Capitania de S. Salvador da Baía.

Ambas essas obras constituem não só uma exortação pragmática ao povoamento, mas uma primeira homenagem europeia, através duma visão euforizante, ao país do *genus angelicum*, o grande mito que alimentará o pensamento utópico do séc. XVII, e que encontrará, como arautos, entre outros, o jesuíta António Vieira e o franciscano Mendieta.

Todavia, a primeira dessas obras só tardiamente conhecerá a difusão da imprensa. O *Tratado* é publicado pela primeira vez em 1826 pela Academia Real das Ciências, na «Colecção de notícias para a História da Geografia das Nações Ultramarinas» e a *História*, após a primeira edição de 1576, apenas é republicada em 1858 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, no mesmo ano, também pela Academia Real das Ciências.

Parece, pois, existir uma paradoxal desproporção entre o de-

(1) Jean de Léry, *Description de l'Amérique...*, Paris, 1589.

(2) Note-se que o facto de não ter sido impressa não significa, necessariamente, que a obra fosse desconhecida.



sinteresse — pelo menos dentro de Portugal — da obra histórica de Gândavo e o que poderíamos considerar o «êxito» editorial dos seus dois opúsculos de conteúdo linguístico e gramatical, de que hoje aqui se publica o *fac-simile* da edição *princeps*.

Essa desproporção terá, talvez, explicações histórico-sociológicas que, por saírem do âmbito desta introdução, não discutiremos mas apenas propomos: por um lado, o relativo desinteresse pela Terra de Vera Cruz, à qual, apesar das tentativas não de todo conseguidas de D. João III, só D. João IV irá dar uma atenção aguçada por um imediato interesse económico. Por outro lado e pelo contrário, a estimulante colocação dos problemas linguístico-gramaticais durante o séc. XVI e a partir das obras-padrão de Fernão de Oliveira e de João de Barros, bem como, num aspecto menos técnico mas não menos decisivo, a polémica envolvente da «Questão da Língua», na qual se empenham poetas e humanistas.

Eis porque nos parece que as duas zonas que abrange a obra de Gândavo — a zona histórica e a zona linguístico-gramatical — tiveram diferente e significativa fortuna editorial.

2. Com efeito, a divulgação e a democratização cultural permitida pela imprensa projecta-se, através da obra de Gândavo, no sentido duma circulação que ultrapassa largamente os circuitos de educação palaciana e aristocrática («background» da obra de Barros) e também a especialização por vezes polémica da de outro dos gramáticos do séc. XVI, Fernão de Oliveira: *As regras que ensinam a maneira de escrever a Orthographia da Língua Portuguesa, com hum Diálogo que adiante se segue em defensão da mesma língua*.

2.1. Trata-se, em confronto com a obra dos seus dois antecessores, dum breve trabalho de proporções reduzidas e de intenções modestas que, na edição de 1592, a terceira, vem publicado «acostado» ao tratado de escrita de Manuel Barata e a «hum tratado de Arimetica». E, contudo, se atribuímos à sua obra a dimensão dum instrumento divulgativo, esse facto é decerto comprovado pela circunstância de, durante o séc. XVI, ter sido o único, da triá-

de dos gramáticos portugueses, a ter mais de uma edição: a de 1574, edição *princeps*, que hoje se reproduz, por António Gonçalves, a de 1590, por Belchior Rodrigues, e, finalmente, a de 1592, por António de Siqueira, a qual, por circunstâncias histórico-políticas, circulará em duas versões, mercê, como veremos adiante, dum processo de censura *a posteriori*.

2.2. De facto, dirigindo-se ao «discreto e curioso lector»<sup>(1)</sup>, ele tem em vista «toda pessoa que escreves»<sup>(2)</sup>, a quem convém «saber bem guardar a orthographia, pondo em seu lugar as letras e os accentos necessários que se requerem no discurso das escripturas»<sup>(3)</sup>. Assim, trabalhou «por comprehender em breves palavras... pera com ellas aproveitar a toda a pessoa que as quiser seguir»<sup>(4)</sup>. Mais significativo ainda, ele escreve «pera os que não são latinos»<sup>(5)</sup>. Se compararmos esta posição com a assumida no discurso contido na *Gramática* de João de Barros e na mais prolixa exposição de Fernão de Oliveira, obras nas quais intervêm, como suposto, o conhecimento ou, pelo menos, a notícia das línguas grega, hebraica e latina, além do árabe e das línguas românicas e até exóticas; se, sobretudo, examinarmos os pressupostos culturais do interlocutor de João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, facilmente reconheceremos uma profunda e significativa alteração, ou antes, alargamento do projecto.

Que, aliás, Gândavo define mais claramente quanto ao estatuto cultural dos seus destinatários:

«É por esta razão quis nellas (regras da orthographia) dar algũs exêplos, para que assim ficassem mais claras, e cõ menos trabalho fossem entẽndidas de qualquer pessoa ainda que nam tenha (como digo) inteli-

(1) Pêro Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a Orthographia da Língua Portuguesa*, 2 v. Cita-se pela edição *princeps*, Lisboa, 1574.

(2) *Ibid.*, 2 v.

(3) *Ibid.*, 3 t.

(4) *Ibid.*, 3 t.

(5) *Ibid.*, 3 t.

gencia de latim. Porque se meu intento fora sómente aproveitar com ellas aos grammaticos, ouvera os taes exemplos por escusados; pois está claro não serem necessários senão a estes que escassamente sabem que cousa he nome e que cousa he verbo»<sup>(1)</sup>.

*O Diálogo em defesa da Língua Portuguesa*, que se segue à ortografia, assume-se igualmente como um discurso «popularizante», em que a própria matéria da argumentação se desenvolve de modo adequado ao estatuto cultural já definido:

«(se) no qual desapassionadamente quizerdes pôr os olhos, (...) achareis que em muitas partes faz ventagem à vossa (língua castelhana), como logo vos posso mostrar em hum nosso vocabulo que agora me lembra (...) e he que dizemos olhar, e vós mirar: pois se o instrumento com que vemos chamamos olhos, com razão dizemos olhar e vós chamaislho ojos, e dizeis mirar. O qual verbo não pode ser conveniente, nem conforme a sua significação, sem dizerdes ojar, ou chamardes aos olhos miross»<sup>(2)</sup>.

Assim, num discurso simplificado, num tom afastado de qualquer conotação aristocrática, a obra de Gândavo, a única de que o público destinatário justificou três edições, avançou um largo e decisivo passo na via aberta pelo livro impresso, instrumento poderoso do acesso de muitos a um espaço cultural até então de poucos.

Com efeito, a introdução da imprensa apresenta-se como um instrumento novo que vai proporcionar ao próprio acto comunicativo uma força até então insuspeitada, perante a qual a primeira reacção é quase a dum temor reverente. Significativo o testemunho de certo modo ingénuo de Garcia de Resende, na imediatez dum primeiro encontro, que inclui a tipografia entre as maravilhas

(1) *Ibid.*, 24 v — 25 r.

(2) *Ibid.*

ou «monstros» do seu tempo — tempo que com a mais aguda percepção ele identifica como um tempo de viragens e rupturas:

«E vimos em nossos dias  
ha letra de forma achada  
com que a cada passada  
crescem tantas livrarias  
e a sciencia he augmentada.  
Tem Alemanha louvor  
por dela ser o auctor  
daquesta cousa tam digna.  
Outros affirmam na China  
o primeiro inventor»<sup>(1)</sup>.

Aprendiz de feiticeiro, o humanista está, de certo modo, ultrapassado e subjugado por uma técnica que avançou talvez a um ritmo imprevisível e incontrolável. A ortografia submete-se, pois, de algum modo, a uma tecnocracia dominadora e imparável. À anarquia ortográfica do escrivão, sujeita à sua imaginação e até a projectos e iniciativas individuais, por vezes caprichosas e discordantes ou mesmo dependentes da fantasia ornamental e simbólica do espírito medieval, sucede a supremacia da vaga tipográfica avassaladora e tão capaz de recusar propostas como de impor costumes. Sempre, porém, no sentido duma regularização. E essa regularização passa pela atribuição de valores adequados aos símbolos alfabéticos, isto é, em suma, ao estabelecimento de um alfabeto.

2.3. Assim, essa «arte (que) vem novamente à Terra»<sup>(2)</sup> constitui uma pressão tecnológica que, de certo modo, controla e condiciona as opções teóricas dos humanistas e gramáticos. Kukenheim, efectivamente, afirma, em relação ao caso francês: «au début du XVI<sup>ème</sup> siècle l'écriture relevait (...) plutôt de la typogra-

(1) Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, nova ed. conforme a de 1798, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 362.

(2) Fernão de Oliveira, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1975, p. 87.

phie»<sup>(1)</sup>. Em Itália, Gelli, por exemplo, numa Carta ao Cardeal de Ferrara, observaria que tinha «lasciato la cura della ortografia allo stampatore» e, quanto à situação castelhana, Valdès, no seu *Diálogo de la Lengua* afirma, atenuando as suas críticas a Nebrija: «Quanto a la ortografia no digo nada, porque la culpa se puede atribuir a los impressores y no al autor del libro». O impressor é portanto, aquele que detém a técnica e, com ela, o poder de ditar a lei ortográfica, resistindo, por vezes inquebrantavelmente, às tentativas reformadoras com base nas posições doutrinárias dos teorizadores da língua. A essa resistência teremos, porventura, ficado a dever a efemeridade do sistema proposto por João de Barros, bem como a ainda maior efemeridade do sistema de Fernão de Oliveira, sistemas que, ambos, continham reformulações importantes na constituição do alfabeto que pretendiam capaz de corresponder às realidades fonológicas da língua.

Observa-se, pois, que na *Gramática* de João de Barros (de que consideramos parte a *Cartinha*, sua introdução) aparece por quatro vezes a indicação e até a descrição do alfabeto. Mas, paradoxalmente e à primeira vista, nunca de modo coincidente. Na *Cartinha* é apresentado em primeiro lugar um alfabeto figurado, em que cada letra é acompanhada dum pequena imagem em cujo nome existe, como primeira, a letra a designar: *árvore* (para o *a*), *besta* (para o *b*), etc.

Um alfabeto do mesmo tipo faz também parte da *Cartinha* do Bispo de Coimbra, Frei João Soares, correspondendo, portanto, a uma matriz-tipo que, ainda que não a mesma matriz, aparece em obras da mesma espécie e não resulta necessariamente dum criação especificamente destinada *àquela* ocorrência. Pelo contrário, parece provir dum tradição pedagógico-didáctica ou simbólica anterior.

Cotejando os dois alfabetos figurados, verificamos que o alfabeto da *Cartinha* de Frei João Soares contém apenas vinte e uma

---

(1) L. Kukenheim, *Contributions à l'histoire de la Grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*, Amsterdam, 1932, p. 22.

letras, visto não fazer parte dele o *x*, representado na *Cartinha* de Barros pela figura «xarroco», que perfaz, portanto, o total de *vinte e duas letras*. As gravuras não são as mesmas, mas correspondem a idênticas simbolizações:

a - árvore	b - besta
c - cesta	d - dado

etc.

Ora, o alfabeto ou «abece das figuras», como lhe chama Frei João Soares, não corresponde na *Cartinha* do Bispo de Coimbra ao alfabeto não figurado que encabeça a primeira página da sua *Cartinha* e que apresenta vinte e nove letras, contando com as seguintes duplicações: A a / ð d / rr / fs / vµ. Essas duplicações não aparecem no alfabeto «das figuras».

Idênticas divergências se verificam nas várias edições da *Cartinha* de Frei João Soares que tivemos possibilidade de examinar<sup>(1)</sup>.

De facto, ao examinarmos a constituição do alfabeto figurado de Barros, reconheceremos desde logo que ele se afasta da doutrina repetidamente exposta e discutida ao longo da *Gramática*. O «alfabeto figurado» consta das seguintes letras, que formam aquilo que se chamará *alfabeto latino*, sendo no entanto concorrente com outro alfabeto «latino» em que não figura o *k*:

a, b, c, d, e, f, g, h, i, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, x, z.

Consta, portanto, de vinte e duas letras e coincide com os alfabetos caligráficos que existem nos pequenos e numerosos tratados para o ensino da escrita que circulam no espaço cultural europeu romano-saxónico.

(1) Da *Cartinha* de João Soares parece terem-se publicado cinco edições durante o séc. XVI, das quais pudemos examinar duas: uma delas existente na Biblioteca Pública de Évora e outra na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, cuja fotocópia nos foi facultada pela Fundação da Casa de Bragança. Serão, portanto, as edições de 1550 e de 1596-97 (segundo estimativa de Fernando Castelo-Branco, «Cartilhas para ensinar a ler»), sendo que das restantes edições mencionadas por Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. II, p. 699) não se conhece o paradeiro.

Ora, este alfabeto das vinte e uma ou vinte e duas letras é aquele que a arte da impressão acolhe nas suas matrizes e representa uma simplificação em relação aos complicados alfabetos que, nas audaciosas propostas de Fernão de Oliveira e João de Barros, atentos à realidade fonológica, atingem o número de trinta e uma e até trinta e quatro «letras em figura». Este número, aliás, o mais elevado, é obtido pela contagem de  $\sim$  (*til*) como «figura» de letra, além da inclusão de signos gráficos diferenciados para as vogais abertas e fechadas, para *ij* e *u/v* e ainda dos dígrafos *ch*, *nh* e *lh* e de *ss* e *rr*.

2.4. Do exame contrastivo dos diferentes alfabetos propostos e, ao mesmo tempo, dos silabários que constituem, diremos, a *praxis* alfabética, julgamos poder extrair, em última análise, duas conclusões importantes. Em primeiro lugar, que os homens do séc. XVI (e não só aqueles a quem podemos atribuir o título prestigioso de humanistas) se encontravam envolvidos num processo de descoberta no qual audaciosamente se empenham. Sem preconceito e sem sujeição. Em segundo lugar, concluiremos também que nesse processo de descoberta — ou invenção — está presente uma consciência linguística cujo primeiro vector aponta para uma consciência fonológica a qual, no entanto, vai rapidamente obliterar-se em favor da «normalização» imposta pela técnica tipográfica.

É certamente por isso que Magalhães de Gândavo apresenta o seu alfabeto «internacionalizado», formado por «vinte letras, ou vinte e hũa; com este y grego e fora *h* que lhe não chamam os latinos letra senão aspiração»<sup>(1)</sup>. Parece, pois, conformar-se com o alfabeto latino das vinte e uma letras. Não enfileira, muito pelo contrário, nas propostas graficamente inovadoras e de feição fonologista, não se afeiçoando à inclusão dos dígrafos como *ch*, *nh*, *lh*, *rr*, *ss*, nem das novas vogais preconizadas por Fernão de Oliveira, *α*, *ε*, *ω*; limita-se ao alfabeto «internacional» da tradição latino-romana: o uso dos acentos, com o qual transigirá, e que fizera parte

(1) V. *infra*, *Ortografia*, 7 v.

da doutrinação de João de Barros, não altera a fisionomia já fixada e, no fundo, inalterável, do velho alfabeto latino. O carácter recessivo da proposta de Gândavo parece, pois, evidente. Opúsculo que podemos considerar como um «prontuário» ou guia ortográfico de características acentuadamente pragmáticas, mais do que uma obra doutrinária, o seu tratado mantém-se dentro de um critério de regrada prudência, avesso a propostas demasiado discutíveis ou até polémicas. Note-se, ainda, que os *Exemplares de diversas sortes de letras* de Manuel Barata, com que o pequeno tratado de Gândavo andou editado, apresenta os alfabetos segundo idêntico critério, apenas acrescentando em alguns casos as variantes caligráficas de *s* e de *r*.

Do exame comparativo dos alfabetos propostos durante o séc. XVI, parece resultar com clareza que, se os *abêcês* de Fernão de Oliveira e de João de Barros representam uma expansão, o de Magalhães de Gândavo, pelo contrário, representa o que chamaríamos contracção ou recessão alfabética, ao retomar a substância gráfica do alfabeto latino. A sua proposta marca, na verdade, uma regressão em relação aos projectos anteriores. A estrutura em mudança, sentida como tal nos meados do século, converte-se, no seu último quartel, numa estrutura estável.

Se os seus dois antecessores quinhentistas, por exemplo, haviam adoptado as designações de *grande* e *pequena* respectivamente para as vogais *abertas* e *fechadas*, divergindo, no entanto, quanto à sua representação gráfica, verifica-se que Magalhães de Gândavo renuncia a tais designações e omite a distinção fonológica brilhantemente anotada pelos gramáticos de 1536 e 1540. E se, como já dissemos, transige quanto à utilização dos acentos sobre «algúas letras», limitar-se-á àquelas que tiverem «duvidosa significação»<sup>(1)</sup>, pista aliás também já aberta por Barros: «nam escrevendo as dições onde cada um sérve, ficariam anfibológicas e duvidózas, dádo que o modo da construiçã[m] as máis das vezes nos ensine a ti-

(1) V. *infra*, *Orthographia*, 12 v.



rár ésta anfibologia»<sup>(1)</sup>. Assim, o uso de acentos é, para Gândavo, fundamentalmente, uma função gráfica distintiva e impeditiva da homonímia, ferindo, todavia apenas a sílaba tónica. Escreve ele: «Também ha muitos verbos que não se sabe se falão do tempo passado se do porvir: e pera se tirar esta duvida, quando falarem do tempo passado, se porá o accento na penultima, que he a derradeira syllaba, senão a que esta antes della, assi como alcançára, louvára, agradecéra, etc. E quando falarem do por vir, pôrseha na ultima desta maneira, assicomo, alcançará, louvará, agradecerá, etc.»<sup>(2)</sup>.

T não

A função distintiva ou «profiláctica» do acento foi, aliás, também proposta por Barros, relativamente ao acento circunflexo, cuja utilização se reduz a *â* e *ô*, formas pronominais, representando foneticamente o mesmo que *a* e *o*, artigos. Neste caso encontramos, na utilização do acento gráfico, uma nova e ambígua função: a função indicadora da categoria morfológica e, por consequência, afectada dum valor significativo ou semântico<sup>(3)</sup>.

A utilização do acento circunflexo é, porém, diferente para Gândavo, cuja doutrina, de certo modo, se dilui num pragmatismo simplificador e reducionista.

Tendo, como já vimos, o acento circunflexo um valor semântico e/ou morfológicamente distintivo, a exemplificação ocorrente mostra-nos, no entanto, ao afectar a vogal *o* poder corresponder à vogal aberta: «É assi tambem quando se ouvet de usar desta letra o, em algũa invocação, pôrseha com hum accento emcima, assicomo: Vos ô poderoso Senhor valeinos, ô grão Rey ajudainos, etc.»<sup>(4)</sup> A aplicação ortográfica do próprio texto gandaviano parece apontar para o timbre aberto de *ô*: *sô* = *só*, ainda que pensemos que a *praxis* tipográfica só sob caução pode ser considerada como probatória.

(1) João de Barros, *Gramática*, p. 376.

(2) V. *infra*, *Orthographia*, 13 t. - 13 v. p. 265.

(3) Cf. João de Barros, *Gramática*, p. 376: «(A pequeno) Sêrve de relativo per semelhante exemplo: Éssa tua palmarória, se à eu tômar, fat-te-ei lembrár ésta régra. E entám tem neçessidade daquelle espírito que lhe vês em çima». Cf. ainda p. 379.

(4) V. *infra*, *Orthographia*, 13 t.

Em contrapartida, o acento agudo, marcando a sílaba tónica, parece nada ter que ver com a abertura da vogal, a julgar pela exemplificação do autor: *agradecêra* em oposição com *agradecerã*<sup>(1)</sup>.

De modo semelhante ao de João de Barros, embora decerto sem a mesma sistematização didáctica, Gândavo apresenta os seguintes casos: «Quando este articulo a, ou as, se ajuntar a algũs nomes femininos, a que se concede ou nega algũa cousa, terá um acento em cima, assicomo, á vossa geração se deve esta honra (...)»<sup>(2)</sup>.

Poderemos interpretar esta ambiguidade como uma interferência entre a *primeira* e a *segunda articulação* da linguagem? Em qualquer caso, porém, parece-nos que é o *acento*, sinal auxiliar ou diacrítico cujas funções convergem com o uso do *h*, *é* = *he*, como veremos, que está na base desse jogo interferencial.

Incoerência — ou disparidade de critério — na qual incorre também João de Barros ao considerar dispensável «esta lêtra *u*», «com que (g) fãça a prolaçãm de *ga*, *go*, *gu*»,<sup>(3)</sup> diante das vogais *e* e *i*.

Dos problemas discutidos, só a este se refere Magalhães de Gândavo, seguindo a doutrina unânime dos dois antecessores:

«Sempre diante g, se seguirá u, ante e, e ante i, quando se pronunciar com força, assi como guerra, sangue, guitarra, guia, etc. E se não tiver este u, ante e, e ante i, terá a pronunçiação desta maneira, assicomo, gente, geração (...).»<sup>(4)</sup>

Ora, comparando a posição dos três doutrinadores que exigem a presença de *u* «quando (g) se pronunciar com força, com as

(1) *Ibid.*

(2) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 12 v.

(3) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 15 v - 16 r.

(4) Grafias ocorrentes com frequência na primeira metade do séc. XIII. Veja-se o *Testamento de D. Afonso III* (cf. *supra* n. 89 deste capítulo): «segia en poder da raina sa madre e meu teino segia en poder da raine e de meus vassalos ata quando agia revota».

grafias medievais *segia* = *seja*, *agia* = *aja*,<sup>(1)</sup> reconhecer-se-á que em ambos os casos, embora em sentido inverso, se recorreu a uma vogal (respectivamente *u* e *j*) que assume uma função diacrítica.

2.5. A oitava letra da matriz alfabética herdada do latim colocava os linguistas e gramáticos das línguas vulgares (italiano, português e francês<sup>(2)</sup>) perante um problema. Mas a verdade é que, por outro lado, se lhes oferecia como um instrumento capaz de produzir a solução para outros problemas.

De facto, tratava-se de atribuir a uma substância gráfica um novo conteúdo de representação: a um elemento da sinalética gráfica — tornado (aparentemente) inútil — conferir a capacidade representativa, a qual vai apresentar-se, não unívoca, mas multivocamente.

É essa a natureza multívoca que, de algum modo, vem perturbar a *ordem* no sistema alfabético.

Se, por um lado, o *h* figura como letra no interior do alfabeto, a verdade é que o *poder* que detém não se identifica com o *po-der* das outras letras: só lhes é semelhante em *figura*. A definição de letra dada por Nebrija («no es otra cosa la letra sino *figura* por la cual se representa la *voz* e pronunciacion»)<sup>(3)</sup> engendra um debate

(1) Situação paralela às grafias italianas atestadas, embora de certo carácter recessivo, como observa Migliorini, em que a função de *i* é claramente diacrítica. Cf. Bruno Migliorini, «Note sulla grafia italiana nel Rinascimento», in *Saggi Linguistici*, Felice Le Mounier, Firenze, 1957, p. 201: «La -i- con valores diacrítico è ancora adoperata molto irregolarmente nella scrittura, man mano più rare nella stampa sone scrizione come *Francesico, conoscierò, agente, guadagno*.» Cf. ainda *ibid.*, p. 216-217.

(2) Exclui-se o castelhano porque, embora os ortografistas castelhanos tenham também polivalenciado o *h*, o fonema inicial *f* > *h* (*hambre*) torna mais fácil que ele seja recebido no número das «letras». Cf. Nebrija, *Gramática*, p. 23.

(3) Nebrija, *Gramática*, p. 51. Sobre a questão de considerar *h* uma letra, eis o que diz Nebrija, *op. cit.*, p. 22-23: «La *h* no sirve por si en nuestra lengua, mas usamos della para tal sonido qual pronunciamos en las primeras letras destas diciones *hago, hecho*; la cual letra, aunque en el latin no tenga fuerza de letra, es cierto que, como nos otros la pronunciamos hiriendo en la garganta, se puede constar en el numero delas letras, como los judios i moros, *delos cuales nos otros la recibimos*, quanto io pienso, la tienen por letra». Sublinhado nosso: salvo melhor opinião, julgamos estar subjacente a este discurso o conceito massorético de *littera quiescens*.

interno acerca da consideração de *h* como «letra». É, pois, «letra imperfeita», visto que não tem «voz» e não se pronuncia por si só.

Para João de Barros, porém, cujo discurso gramatical foge ao tom polêmico e até ao discurso expositivo, por economia didático-pedagógica, e apesar de considerar que «h tem os Latinos ser espiração e não lêtera»<sup>(1)</sup>, *h* e também *til* entram no número delas e com elas se perfaz o número de trinta e quatro que compõem o mais audacioso dos alfabetos barrobianos.<sup>(2)</sup> É que, para o gramático, e, com coerência com a sua própria definição de letra («a mais pequena parte de qualquer diçam que se pôde escrever»)<sup>(3)</sup>, as «três cousas» que as «lêteras veêram ter»<sup>(4)</sup>, a saber, *nome*, *figura*, *poder*, estão na natureza de *til* e de *h*. Logo, elas são letras, ainda que o autor insista: «Esta figura *h* os Latinos nam lhe chamam lêtera mas aspiraçã».<sup>(5)</sup>

Ora, o termo *aspiração*, parece funcionar para Gândavo apenas como designativo ou *nome* de *h*, sem que se nos afigure referir-se, de algum modo, à aspiração fonológica que para os seus dois antecessores se apresentava somente no caso de algumas interjeições, e, mesmo assim, com certa reserva.

Examinando globalmente a postura dos ortografistas perante a existência primariamente injustificada de *h* na série alfabética, qualquer que esta fosse (quer se mantivesse fiel ao alfabeto latino quer tivesse sofrido as mutações ou implantes que a análise fonológica postulava) verifica-se que a essa «letra» são agora adstritas três funções: função etimológica, função distintiva e função diacrítica.

No caso da função distintiva, julgamos poder ainda identificar, como subfunções, a distinção gráfica e a distinção semântica, as quais por vezes se identificam ou coincidem com a função eti-

(1) João de Barros, *Gramática*, p. 295.

(2) Cf. *Ibid.*, p. 296.

(3) *Ibid.*, p. 295.

(4) *Ibid.*

(5) *Ibid.*, p. 382.

mológica ou até com a função diacrítica<sup>(1)</sup>. Efetivamente, Magalhães de Gândavo escreve:

«Também a esta letra e, se ajuntará h, quando for verbo, que significar ser algũa cousa, quer negando quer affirmando, assicomo, he muito meu amigo. Não he quem parecia, etc. E isto não porque o tenha de sua origem, mas pera com elle denotar que he verbo como digo, e não conjunção. Posto que também costumão algũas pessoas por escusar este h, no tal verbo, escrevello somente com hum accento em cima desta maneira é. Finalmente que de qualquer destas se pode usar. Mas porque com este accento hẽ muito pouco usado, e muitas pessoas o averão por novidade, ignorando pela ventura o que o tal accento denota, parece-me que sera mais acertado e melhor escrevello com h (...).»<sup>(2)</sup>

Vemos, neste passo, que a função diacrítica — equivalente à do acento — coincide com a função distintiva<sup>(3)</sup>.

Assim, a visão dos linguistas portugueses apresenta-se como uma visão moderada, intermédia entre o radicalismo do princípio ortofónico e do princípio etimológico. Não há, efectivamente, guerra movida contra o *h* etimológico, mas somente uma certa reserva quanto à sua «necessidade». Para Fernão de Oliveira, *h*, sinal de aspiração «na escritura e não na voz»<sup>(4)</sup>, é, no entanto, admitido como marca etimológica, não fazendo mais «que só para mais certo

(1) Cf. B. Migliorini, «Note sulla grafia italiana nel Rinascimento» in *Saggi Linguistici*. Veja-se ainda a síntese contrastiva oferecida por Kuckenheim, *Grammaire italienne, espagnole et française*, p. 60-62.

(2) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 16 v - 17 t.

(3) Cf. J. Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Publ. da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926, p. 60-61 e ainda p. 223.

(4) Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 57.

conhecimento de quem são, como *homem*, o qual segue ainda a escritura latina, *haver* outro tanto»<sup>(1)</sup>.

Gândavo é, neste passo, o mais explícito, ainda que apenas aceite (sem parecer recomendá-lo) o uso etimológico de *h*: «muy raramente, ou nunca teremos necessidade em princípio de dição, usar mais delle, salvo em algũs vocabulos que o tiverem de sua origem, assicomo homem, honra, honestidade, historia, etc.»<sup>(2)</sup> No entanto, num rasgo que não deixa de ser surpreendente, o emprego do *h* etimológico é associada a essa instância quase abstracta e talvez por isso mesmo poderosa e incontestável: o uso. É ele, de resto, que justifica alguns dos casos do emprego do *h* não etimológico e desprovido também de qualquer das outras funções que lhe são adstritas: «É pelo consequente he necessario usarse tambem deste h (...) não porque seja necessario (...) mas por razão de se entenderem e significarem melhor, conforme ao uso desta nossa linguagem, assicomo hum, hũa, hia, hi. Porem tirando estes, muy raramente, ou nunca teremos necessidade (...)»<sup>(3)</sup>.

É ao uso poderoso, mais uma vez impondo leis, que Fernão de Oliveira se submete sem discussão: «Mas, *hum* e *alghum*, *hi* e *ahi*, advérbios de ligar, *honra*, *honrado*, sô de nosso costume os escrevemos sem mais outra necessidade»<sup>(4)</sup>.

Assim, *h* não tem, para os gramáticos portugueses, nem voz nem virtude própria. É letra imperfeita, definição que se aproxima da designação de Salviati de «mezza lettera». Não tendo voz nem virtude, ela nem sequer tem nome: chamam-lhe aspiração, espiração. Só Fernão de Oliveira ousa chamar-lhe *aba*.

Inútil e sobeja, nada mais por si própria representando do

(1) *Ibid.*

(2) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 17 r - 17 v.

(3) *Ibid.*

(4) Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 57. Note-se que a exemplificação apresentada pelo autor contém um equívoco, corrigido já por Magalhães de Gândavo, ao apresentar os vocábulos *honra* e *honrado* como exemplos de *h* não etimológico mas conforme um uso arbitrário.

que um sinal de aspiração — realidade fonológica duvidosa e precária — em interjeições que nem parecem de «bom riso português», essa «letra» fica, portanto, disponível para outras funções: como signo distintivo na profilaxia gráfica e como diacrítico, modificando a «voz» das outras letras, quando «misturado» com elas, representando esses fonemas «novos» que, no alfabeto «português» apresentam a «figura» de *nb*, *lb*, *cb*.

2.6. A flutuação no registo dos ditongos nasais, que se verifica na *práxis* ortográfica, ainda que, doutrinariamente, todos os gramáticos pareçam estar de acordo, regride, no entanto, a partir da década-chave de 40. Se, na *Gramática* de João de Barros -*am* e -*ão* finais oscilam, apesar do discurso categórico de Fernão de Oliveira<sup>(1)</sup>, em 1574, Magalhães de Gândavo parece testemunhar uma doutrina já fixada, ao menos pelo uso, e facilitada, certamente, por um caso de «profilaxia verbal»<sup>(2)</sup>, isto é, a fim de evitar a ambiguidade do discurso escrito. Diz, portanto:

«E estes verbos e todos os mais no plural, quando falarem do passado que fezerem o accento na penultima se escreverão com m, assicomo, alcançaram, louvaram, etc. E quando falarem do futuro que fezerem o accento na ultima, se escreverão com ão, assicomo alcançarão, louvarão, etc.»<sup>(3)</sup>.

(1) Parece-nos da maior importância, e por isso a transcrevemos, a exposição de Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 50: «Disse que esta letra *m* não é semivogal nem podem fenecer em ela as nossas vozes. Porque isto é verdade, que nesses cabos onde a escrevemos e também no meio das dições em cabo de muitas sílabas soa uma letra muito branda que nem é *m* nem *n* (...). Mas, a meu ver, de necessidade escrevamos nos tais lugares esta letra que chamamos *til*, ainda que a alguns parecera sobeja (...). Aos quais eu pergunto se nas dições que acabam em *ão* e *ães* e *ões* e *ãos* escrevemos *m* ou *n* e o pusermos entre aquelas duas vogais, que soará? Ou se o pusermos no cabo, que parecerá?»

(2) Aliás, também João de Barros se referiu a esse subtil «ofício» de *til*: obviar à anfibologia. E declara: «E em algumas dições onde ele (*m*) é final e que diante de si têm letra vogal, nunca o porremos, senão *til*, por não fazer a parte anfibológica, como: có estas e nam com estas cá parece que diz: cóme estas». (João de Barros, *Gramática*, p. 383).

(3) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 18 v.

E, contudo, hesita ainda: «Ou também se podem escrever com *m*, quer falem do passado quer do porvir, distinguindo esta duvida com os mesmos accentos da maneira que acima digo»<sup>(1)</sup>.

O processo de imposição e generalização da grafia dos ditongos nasais, provenientes da convergência das terminações *-om*, *-am*, *-ão*, em curso desde a reforma ortográfica da Chancelaria Real de D. Dinis, de que fala Lindley Cintra<sup>(2)</sup>, está, pois, prestes a terminar, fixando-se na terminação *-ão*. *Til* representa, na ortografia portuguesa, uma marca de originalidade, na medida em que utiliza, de forma autónoma e diferenciada, um sinal que, ausente das grafias italiana e francesa<sup>(3)</sup>, se reduz, na castelhana à função de abreviatura ou suprimento de *n* apenas<sup>(4)</sup>.

3. O opúsculo de Gândavo consta de duas «secções» correspondentes aos dois vectores da problemática segundo os quais se organizava o pensamento linguístico-gramatical no séc. XVI: por um lado o problema da normalização ortográfica, por outro lado o problema da dignificação linguística que se assume como uma «Questão da Língua» dotada, no entanto, de certa especificidade. Este último problema, que envolve não só aspectos técnicos como, principalmente, sócio-culturais, encontra no *Diálogo em defensão da mesma língua* o seu espaço discursivo.

3.1. Ora, na abordagem da «Questão da Língua», importa estabelecer, em primeira instância, o conceito e o modelo. Em seguida, tentar detectar a estratégia ou o percurso mental que, num determinado momento e lugar (o séc. XVI e em Portugal), levou à colocação duma problemática complexa e até contraditória, conduzindo, enfim, à invenção de soluções. Impotta descobrir por

(1) *Ibid.* Veja-se também Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 50.

(2) Cf. L. F. Lindley Cintra, «Observations sur l'orthographe», p. 64: «C'est donc entre 1265 et 1275 qu'on peut placer la réforme orthographique de la Chancellerie royale».

(3) Note-se que não ausente como abreviatura ou «suprimento», já que paleograficamente procede duma tradição latina e epigráfica.

(4) Observemos, portanto, que a atribuição do novo «ofício» — abreviatura de *m* — é uma inovação dos ortografistas portugueses.



que vias, subtilmente, o latim passa a ser assumido e vai funcionar como uma instrumento posto ao serviço do português. E detectar como e porquê se opera a transferência dos tópicos da «Questão» e esta, deixando, de algum modo, cair o binómio dialéctico *latin/vulgar*, o assume apenas como binómio contrastivo, para criar uma nova dialéctica ou uma nova tensão que opõe duas línguas vulgares: o português e o castelhano. Como outras questões ou outros problemas é no Renascimento e nas décadas da grande aventura linguística que esta vai ser colocada com audácia e até com alguma astúcia. Mas se, em outros casos, se verifica, por vezes, uma regressão nas décadas seguintes, em que os problemas não serão recolocados mas, num refluxo mental, obliterados ou escamoteados, no caso da «Questão da Língua», em termos de oposição português-castelhano, pelo contrário, verificar-se-á uma agudização a que não é, por certo, alheio o contexto vicissitudinário das condições políticas.

Em cada momento, a história cultural — e sociológica — do homem coloca a sua «Questão da Língua». Ora, a profunda relação que existe entre «Questão da Língua» e todas as «questões» que saodem com maior ou menor força o edifício sócio-cultural é, certamente, a mesma profunda relação que existe entre a língua em si própria e outros elementos da estrutura social. A língua é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza.

Assim, o conceito que está na origem duma «Questão da Língua» parte duma dialéctica interna e mais profunda, que transcende, decerto, os limites mais ou menos académicos que exteriormente parece, por vezes, revestir<sup>(1)</sup>.

Busca de identidade, resposta a uma crise que em cada momento se erige como um estímulo, um desafio e até uma aposta.

### 3.2. Quando os humanistas acentuam e exaltam a semelhan-

(1) Cf. A. Gramsci, *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, Einaudi, Torino, 1949, p. 133: «la lingua dovrebbe essere trattata come una concezione del mondo, come l'espressione di una concezione del mondo (...)».

ça com o latim, implicitamente querem sublinhar a diferença, mais ainda, reivindicam o direito à diferença, em relação às outras línguas, com ou sem razão consideradas mais afastadas da língua-mãe: no caso presente, a diferença em relação ao castelhano, cujo estatuto de língua cortesã o tornava concorrente com o português como instrumento de expressão literária. Assim, o latim passa a estar ao «serviço» do português, serviço polivalenciado, na medida em que é origem, modelo e fonte. É também razão de diferença<sup>(1)</sup>.

Assim se define a verdadeira «Questão da Língua» em Portugal. E, se a «Questão» (que é, no fundo, uma pseudo-questão) que põe em confronto o português e o latim apenas poderia envolver uma minoria culta, a elite intelectual dos humanistas<sup>(2)</sup>, a «Questão» posta em termos de português-castelhano envolve, pelo contrário, os «latinos» e os «não latinos», os «gramáticos» e também aqueles «que escassamente sabem que cousa hé nome, e que cousa he verbo»<sup>(3)</sup>. Não atinge, portanto, apenas a esfera duma alta e restrita cultura, mas compromete a existência colectiva, em termos de comunidade linguística<sup>(4)</sup>.

Ora o binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português, traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano releva duma *práxis*: apresenta a iminência de um risco que os humanistas pressentem — o do predomínio da língua competitiva, forma de expressão duma nação de algum modo rival — e em termos objec-

(1) Consideramos particularmente feliz a expressão que serve de subtítulo ao artigo de Eugenio Asensio, «Lourenço de Cáceres o el Latín al servicio del Portugués», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. II, n.º 2, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1961.

(2) Cf. J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Univ. de Coimbra, Coimbra, 1973.

(3) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 3r.

(4) Remetemos de novo para Stegagno-Picchio, *op. cit.*, p. 15: "Quando pertanto, in pieno Umanesimo, si porrà anche per il portoghese un problema linguistico affine a quello che contrappone in Italia, in Spagna e in Francia il volgare al latino, un altro binomio, quello portoghese-castigliano, si sarà costituito in termini tali da influenzare il futuro corso della 'questione della lingua' in Portogallo".

tivos mais poderosa — no plano político interno e também no plano duma política expansionista e imperial.

Assim, a reaproximação com o latim representa o estreitamento dum vínculo que, sendo tutelar, é também libertador. Daí decorrem profundas consequências culturais e mentalizantes. Tentam-se reforçar os verdadeiros elos e encontrar, até, outros novos e por vezes artificiais, manobra inserida numa estratégia que, efectivamente, vai resultar. Com efeito, os próprios gramáticos castelhanos — e do castelhano — reconhecem esse parentesco prestigioso como a marca duma diferença.

Assim, o reconhecimento dessa diferença e, por ela, duma autonomia, não deixa de trazer problemas de formalização. De facto, o ideal humanístico, preso, por definição, ao modelo da linguagem trifária clássica, sugere a descoberta de novos mecanismos triádicos que permitam a preservação da harmonia do sistema. A "sedução"<sup>(1)</sup> da tríade invade o pensamento clássico, a partir do pensamento medieval, e participa de todos os sistemas taxinómicos, desde os géneros literários, até aos conceitos teológicos. Mas o facto é que parece que a obsessão trinitária que atingira o seu ápice e procurara cobrir a totalidade das áreas conceptuais antes que fosse tarde e antes que a invenção do real desdobrado na até então insuspeitada infinidade de realizações, se tornasse definitivamente inclassificável e recusasse, para sempre, os esquemas trinitários, representações duma harmonia abstratizante e perfeita. Ora essa sedução está agora prestes a entrar em colapso.

3.3. Na complicada carta linguística da Europa românica, os humanistas apontam, é certo, para um novo trifarismo (o trifarismo românico) que continua a ter como modelo o trifarismo clássico.

(1) Sobre a "sedução" da tríade ver: C. Guillen, "Literature as System" (1970), in *Literature as System*, Princeton University Press, Princeton, 1971. A propósito do triadismo literário e dum modo expressivo diz, por exemplo, Gérard Genette: "Katéidoscope taxinomique où le schéma trop séduisant de la triade ne cesse de se métamorphoser pour survivre, forme accueillante à tous sens" (Gérard Genette, "Genres, 'types', modes", in *Poétique. Revue de théorie et d'analyse littéraires*, 32, Seuil, Paris, 1977, p. 408.

co<sup>(1)</sup>, de que é, afinal, "descendente". Instaura-se, por consequência, a tríade românica, cuja harmonia triangular, no entanto, abruptamente se rompe pela existência dessa quarta (ou quinta) língua, o português, cuja individualidade todavia lhes parecera irrecusável. Assim, se João de Barros se refere vezes sem conta à língua castelhana, em dado passo ele fala de língua "espanhol", como uma das que tomaram das "primeiras" (tríade clássica) "partes de seus vocábulos (...): Ûa destas, é a italiana, outra a francesa, outra a espanhól"<sup>(2)</sup>. Não sem ambiguidade, porém. Efectivamente, a designação parece cobrir unitariamente, para João de Barros, a diversidade das línguas ibéricas, sem embargo da diversidade interna do espaço hispânico. Mas, em contradição, logo a seguir, "língua espanhól" reaparece na boca de António, e desta vez coincide com o conceito de língua castelhana: "Pois muitos dizem que a *língua espanhól* é desfalecida de vocábulos, e que, quanta vantáge tem a italiana à *castelhana*, tanto ésta excede a portuguesa (...)"<sup>(3)</sup>. Afinal, duplicidade semelhante àquela que sobrepõe as designações de *italiana* e *toscana*<sup>(4)</sup>. Eis, portanto, perdido o modelo triádico por imposição do real, por vezes de face anárquica e de algum modo perturbadora.

Mas a consciência contrastiva do português e do castelhano desenvolve-se segundo duas hipóteses. Se a *diferença* (fundamentada na *semelhança* com o latim) garante a individualidade do português como uma das línguas de Espanha, esta individualidade, enobrecida pela dignidade da origem, encontra, uma vez

(1) Sobre a "nova tríade", ver Stegagno-Picchio, *op. cit.*, p. 27: "Alla triade classica delle lingue eccelse, nell'ordine l'ebraico, il greco e il latino, Barros oppone in campo moderno la nuova triade affidata ad una più recente storia di prestigio letterario: italiano, francese e spagnolo. Traspate da questa realistica impostazione del problema, la quale non postula neppure in questa sede la candidatura del portoghese, una coscienza europea di cui dobbiamo pur tender gli atto".

(2) João de Barros, *Diálogo em louvor da nôssa Linguagem*, p. 396.

(3) *Ibid.*, p. 397. Sublinhados nossos. É evidente que a reflexão de António, admitindo a superioridade do espanhol-castelhano, vai ser imediatamente rebatida pelo interlocutor de António.

(4) *Ibid.*

mais, no seu paradigma latino-romano, um estímulo e um modelo: língua capaz de servir como instrumento de soberania, ideal que Lourenço de Médicis havia já concebido, ao sonhar com o *fiorentino imperio*. A consciência românica, transformada em consciência ibérica, sofre agora uma derradeira e talvez dolorosa metamorfose e assume-se como consciência imperial. Individualizada, nobre, viril, graciosa, expressiva e copiosa de tal modo que «a quem nam falezer matéria e engenho (...) nam lhe falezeram vocabulos»<sup>(1)</sup>, a língua serve agora um ideal expansionista — o ideal do homem português de Quinhentos.

3.4. A «Questão da Língua», instância de autonomização e afirmação histórica — em véspera de declínio —, parece, pois, desenvolver-se em três momentos que correspondem, de alguma maneira, a três inflexões do mesmo modo de pensar.

Primeiro, como confirmação duma consciência nacional, em relação ao castelhano, já que em relação ao latim não nos parece que tenha havido «questão», no sentido polémico e reivindicativo que a designação sugere. Neste primeiro momento, distingue-se, com evidência, uma componente político-cultural: a língua é o instrumento de criação duma literatura e esta serve a superação duma possível indiferenciação cultural. Mais uma vez, o paradigma latino-romano intervém como exemplar<sup>(2)</sup>.

Mas, num segundo momento, a «Questão da Língua», inserida já em diferente contexto político-social, correspondente ao conceito de *Império*, torna-se num instrumento novo duma ideia nova. A breve euforia expansionista e a perseverante missionação,

(1) *Ibid.*, p. 400.

(2) Além de outros passos mencionados que ilustram este conceito, sublinharemos a seguinte reflexão de Fernão de Oliveira, significativa, sobretudo, por contraste com o seu frequente antilatinismo: «Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoresavam o Mundo mandaram a todas as gentes a elas sujeitas aprender as suas linguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas (...). E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhamos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso». (Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 42). O autor tem, pois, uma clara consciência da autonomia linguística como corolário da autonomia nacional: «a língua e a unidade dela é mui certo apelido do reino, do senhor e da irmandado dos vassalos». (*Ibid.*, p. 88).

que buscam mais uma vez o seu modelo justificativo no exemplo latino-romano, fazem da língua o seu mais subtil instrumento<sup>(1)</sup>.

Mais tarde, num terceiro momento, porém, a «Questão da Língua» surge de novo metamorfoseada, mas sempre articulada ao binómio português/castelhano. E é após a instauração da dinastia filipina que a consciência do factor linguístico como factor de autonomia política surge com maior agudização. Nesse aspecto e muito próximo ainda do acontecimento, parece significativa a alteração do texto de Gândavo da primeira edição (1574) para a segunda (1590)<sup>(2)</sup>.

Todo este processo metamórfico se situa cronologicamente nesse século «extenso», o séc. XVI, e a partir da década-chave de que a obra de Fernão de Oliveira, em 1536, é um prelúdio significativo. E a última metamorfose desse processo dá conta, segundo cremos, em outro contexto e noutra dimensão político-social e estética, da criação do universo conceptual do barroco e das novas categorias mentais alcançadas<sup>(3)</sup>.

Ora, durante os decénios que desencadeiam e fecham o processo de que nos ocupamos, julgamos distinguir, nos três doutrinadores portugueses, Oliveira, Barros e Gândavo, três posições diferenciadas que visam — e conseguem — segundo ópticas e estratégias também diferenciadas, um objectivo comum: a dignificação do português como língua autónoma e instrumento totalmente capacitado para todas as aventuras da comunicação.

(1) Cf. Carlo Tagliavini, *Le origini delle Lingue Neolatine*, Riccardo Pátron, Bologna, (1970), em especial «România perduta e România nuova», p. 130-133.

(2) Na edição de 1574 existe já uma referência, sob a forma de alusão, à obra de Camões e ao conteúdo da estrofe 33 do Canto I. Mas, na edição de 1590, Gândavo amplia essa referência, extraindo dela todo o seu conteúdo apologético: «com tudo lembrame dizeros para remate, e confirmação da vantagem, que a língua portugueza tem sobre todas as mais, o que o nosso celebrado Camoens nos conta, ou finge daquella affeição, que Venus chegara a ter aos Portuguezes, enamorada não somente do seu raro valor, mas ainda da excellencia da sua lingua, dizendo assim Na qual quando imagina / Com pouco corrupção crê, que hê Latina». (Magalhães de Gândavo, *Diálogo em defesa*, 1590, 28r).

(3) A análise do desenvolvimento dessa metamorfose sai já do âmbito cronológico-temático deste estudo, pelo que nos escusamos de nos debruçarmos sobre esse processo complexo.

Ao discurso dos três subjaz a mesma situação que a *práxis* impunha, a despeito das vozes de protesto que provinham, sobretudo, dum grupo de humanistas que assume a defesa da língua: a situação de bilinguismo literário e palaciano, a que raramente escaparam os poetas duma corte que se tornara, por alianças matrimoniais, uma corte luso-castelhana<sup>(1)</sup>.

Perante a mesma situação, porém, a estratégia dos três doutrinadores quinhentistas assume práticas diferentes. Se Oliveira é muito mais severo em relação ao binómio latino-português, é mais atenuada a sua consciência do desenvolvimento do castelhano como língua literária<sup>(2)</sup>. Barros anula qualquer oposição quanto ao primeiro binómio que, na verdade, e já o dissemos, não chega a constituir matéria de «questão». Para ele, o latim é sempre o modelo exemplar e a razão de prestígio. E, quanto ao castelhano, a oposição implícita toma uma forma discreta (ou não fosse ele o escritor palaciano sempre elegante e atento à contensão do seu discurso) e exprime-se por dois modos: por um lado, colocando o castelhano a par do italiano e do francês, ao mesmo nível de distanciamento<sup>(3)</sup>; por outro lado,

(1) Sobre o bilinguismo palaciano e literário do séc. XVI, veja-se: Luciana Stegagno-Picchio, «La Questione della Lingua in Portogallo»; Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Eufrosina*, texto de la edición príncipe de 1555 con las variantes de 1561 y 1566. Edición, prólogo y notas de Eugenio Ascensio, Madrid, 1951: «Prólogo», T. I., p. VII-XCIII.

(2) É, no entanto, significativo que Fernão de Oliveira dedique um excuro de certo modo longo à utilização, que considera aberrante, da expressão *el-rei*: «Aqui quero lembrar como em Portugal temos uma coisa alheia e com grande dissonância, onde menos se devia fazer, a qual é esta: que a este nome *rei* damos-lhe artigo castelhano, chamando-lhe *el-rei*. Não lhe havíamos de chamar senão o *rei*, posto que algus, doces de oelhas, estranharão este meu parecer, se não quiserem bem olhar quanto nele vai. E com tudo isto, abasta para ser a minha melhor música que a destes, porque o nosso rei é senhor, pois tem terra e mando: tenha também nome próprio e ditino por si, e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada mas bem apartada (...).» (Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 111). Discurso que deixa de ser linguístico para ser político.

(3) Entre os vários lugares onde se verifica esta distância *imétrica* do português em relação às outras três «línguagens presentes», citamos: «a prolaçam e ár que temos da linguagem, diferente das outras nações, temos no modo de cantar, cá mui estranha composta e a francesa e italiana e espanhól (...).» (João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Língua*, p. 399).

assumindo como seu contraponto a enumeração das excelências do português.

3.5. Mas é na obra de Magalhães de Gândavo, no seu *Diálogo em defensão*, que, de facto, encontramos com perfeita clareza o nó do problema. Assim, enquanto Oliveira se serve do espaço discursivo da sua «anotação» para colocar os seus pontos de vista, enquanto Barros utiliza o processo dialógico, «falso» diálogo, em que escamoteia a relação axiológica entre o *eu* e o *tu*, na medida em que a hierarquização dos interlocutores postula a autoridade de um deles e ambos são portugueses, pelo contrário, Gândavo coloca num «frente a frente» audacioso o português Petrónio e o castelhano Falêncio. E a verdade é que o diálogo de ambos poderia até, à partida, transformar-se num debate talvez acre: de certo modo, podemos dizer que só a paciência de Falêncio e a cortesia de ambos terá evitado o azedume da despedida<sup>(1)</sup>...

Contudo, pensamos que é nesta formulação quase primária, imediata e fundamentada numa argumentação por vezes ingénua, que, a nível duma população destinatária, cujo índice cultural não atinge a erudição, o projecto de dignificação da língua pode encontrar eco e frutificar. E de novo, neste aspecto também, a personalidade diferenciada dos três doutrinadores do século XVI se afirma em coerência com a globalidade da obra de cada um: Oliveira,

(1) Na edição de 1574, Falêncio despede-se do arguto Petrónio dizendo: «Y por esse demos fin a nuestra disputa, y seamos amigos como siempre fuimos, que lo demais poco nos importa» (*Diálogo em defensão*, 36r). Na edição de 1590, após a citação dos versos de *Os Lusíadas* (I, 33), o narrador dá fim ao debate, dizendo: «Esta razão faz dar fim á pratica do Portuguez, e Castelhana, os quaes se despedirão hum do outro com aquella cortezania, que hñ propria daquelles genios inclinados a instruiremse seem aferro, nem apego aos seos sentimentos propios». (*Diálogo em defensão*, 28r). A transformação censurada da parte final do *Diálogo* não é estranha, indubitavelmente, à nova situação política. No entanto, até ao presente, não se conhecendo com precisão a data da sua morte (sabe-se que era ainda vivo em 1576), não podemos atribuir ao autor, com segurança, a responsabilidade da alteração do texto da edição *princeps*. Sobre a biografia algo duvidosa de Gândavo, veja-se: Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* (Lisboa, 1741; Coimbra, 1963-67); Luís de Matos, «Pêro de Magalhães de Gândavo e o Tratado da Província do Brasil», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. III, 1965, p. 625-639.



polémico, Barros, palacianamente diplomático, e, finalmente, Magalhães de Gândavo realisticamente empenhado num programa de divulgação cultural.

Lisboa, Setembro de 1981.

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

## BIBLIOGRAFIA SELECTIVA

- ALMEIDA, Justino Mendes de — «Uma Gramática Latina de João de Barros», in *Euphrosyne*, II, Lisboa, 1959.
- ALMEIDA, Justino Mendes de — «O culto do idioma pátrio», Sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Jan.-Março, Lisboa, 1968.
- ASENCIO, Eugenio — «La Lengua compañera del Imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal», in *Revista de Filología Española*, XLIII, 1960. Republicado in *Estudios Portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1974.
- ASENCIO, Eugenio — «Lourenço de Cáceres o el latín al servicio del portugués», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Fundação Calouste Gulbenkian, II, 2, Lisboa, 1961.
- BUCETA, E. — «La tendencia a identificar el español con el latín. Um episódio quatrocentista», in *Homenaje a Menéndez Pidal*, I, 1926.
- BUENO, Francisco da Silveira — *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1958.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — «Dois ortografistas portugueses do séc. XVI», in *Boletim de Filologia*, Lisboa, 1971.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Gramáticos Portugueses do século XVI*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.
- CINTRA, L. F. Lindley — «Observations sur l'orthographe», cit.
- COELHO, Jacinto Prado — «Linguística», in *Dicionário de Literatura*, Figueirinhas, Porto, 1973, s/v.
- COUTINHO, Ismael de Lima — *Gramática Histórica*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1962.
- CUESTA, Pilar Vásquez e LUZ, Maria Albertina Mendes da — *Gramática Portuguesa*, 1.º vol., Gredos, Madrid, 1971.
- FAÇON, Nina — «Concetti progressivi nella 'Questione della lingua'. Muratori e Salvini», in *Recueil d'Études Romanes*, Ed. de l'Académie, Bucarest, 1959.
- FERNANDES, Rogério — *O pensamento pedagógico em Portugal*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.

- GARCIA, José Martins — *As ideias linguísticas em Portugal no séc. XVI*, dissert. de licenciatura em Fil. Romântica, dactil., Faculdade de Letras, Lisboa, 1969.
- GONÇALVES, F. Rebelo — «História da Filosofia Portuguesa, I. Os Filólogos Portugueses do séc. XVI», in *Boletim de Filologia*, IV, 1939.
- GRAMSCI, A. — *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, Einaudi, Torino, 1949.
- GRAMSCI, A. — *Letteratura e vita nazionale*, Einaudi, Torino, 1952.
- GUILLEN, C. — «Literature as System» (1970), in *Literature as System*, Princeton University Press, Princeton, 1971.
- JONG, M. de — *Um roteiro inédito da Circumnavegação de Fernão de Magalhães*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1937.
- KOHN, Karl — *Las teorías literarias en España y Portugal durante los siglos XV y XVI*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1973.
- LOURO, Estanco — *Gramáticos Portugueses do séc. XVI: F. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D. N. de Leão*, Ressurgimento, Lisboa, s/d.
- MAMCZARC, Irena — «Alcuni aspetti della questione della lingua in Polonia nel cinquecento», in *Studi sulla questione della lingua presso gli slavi*, Edizioni dell'Ateneo, Roma, 1972.
- MATOS, Luís de — «Pêro de Magalhães de Gândavo e o Tratado da Província do Brasil», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, III, Lisboa, 1962.
- MATOS, Luís de — «Gândavo, Pêro de Magalhães de — (século XVI)» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Figueirinhas, Porto, 1971, S/V.
- MIGLIORINI, Bruno — «La questione della lingua», in *Questioni e correnti di storia letteraria*, Marzorati, Milano, 1949.
- NAGEL, Rolf — «Die Orthographieregeln des Pêro de Magalhães de Gândavo», in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Herausgegeben von Hans Flaßsche, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster Westfalen, IX, 1969.
- NETO, Serafim da Silva — *Manual de Filologia Portuguesa*, Livraria Académica, Rio de Janeiro, 1957.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá — «Contribuições para a História da Filologia Portuguesa», in *Congresso do Mundo Português, Publicações*, XIII, Lisboa, 1940.
- PEREIRA FILHO, Emmanuel — «As 'Regras de Ortografia' de Pêro de Magalhães de Gândavo», in *Revista Brasileira de Filologia*, 6, 1, Rio de Janeiro, 1961.
- PEREIRA FILHO, Emmanuel — «Gândavo e Luís de Camões», in *Revista Brasileira de Filologia*, 5, 1-2, Rio de Janeiro, 1959-60.
- PEREIRA FILHO, Emmanuel — «As duas versões do Tratado de Pêro de Magalhães de Gândavo», in *Revista do Brasil*, n.º 21-22, Março-Junho, Rio de Janeiro, 1961.
- PICCHIO, Riccardo — «Questione della lingua e Slavia Cirillometodiana», in *Studi sulla questione della lingua presso gli slavi*, Edizioni dell'Ateneo, Roma, 1972.

- PINTO, Rolando Morel — «Gramáticos Portugueses do Renascimento», in *Revista de Letras*, S. Paulo, 1961 e sep. da *Revista de Portugal — Série A — Língua Port.*, vol. XXVII, Lisboa, 1962.
- SEGRE, Cesare — «Uno studio sociologico di storia della lingua», in *Itinerari*, 1956.
- SILVEIRA, Joaquim da — «Gândavo, não Gandavo», in *Brasília*, III, Coimbra, 1946.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana — «La questione della lingua in Portogallo», in João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, Soc. Tipográfica Modenese, Modena, 1959.
- TAGLIAVINI, Carlo — *Le origini delle lingue neolatine. Introduzione alla Filologia Romanza*, Ricardo Pàtron, Bologna, 1970. Especialmente: «România perduta e România nuova», p. 130-133.
- TERRACINI, Lore — «Appunti sulla 'coscienza linguistica' nella Spagna del Rinascimento e del secolo d'oto», in *Cultura Neolatina*, XIX, 1959.
- TEYSSIER, Paul — «La prononciation des voyelles pottugaises au XVIème siècle d'après le système orthographique de João de Barros», in *Annali dell'Institutio Universitario Orientale*, Sez. Romanza, Napoli, 1966, p. 127-198.
- VASCONCELOS, Frazão de — «Ortografistas Portugueses dos séculos XVI a XVIII», in *Liceus de Portugal*, III, Lisboa, 1932.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira de — *Eufrosina*, ed. Eugenio Asensio, Madrid, 1951.
- VASCONCELOS, José Leite de — «A filologia portuguesa», in *Opúsculos*, vol. IV, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1929.
- VIANA, Hélio — «A primeira versão do *Tratado da Terra do Brasil*», in *Revista História*, S. Paulo, 1953.
- VILLEY, Pierre — *Les sources italiennes de la «Déffense et Illustration de la langue françoise»*, Slatkine, Genève, 1969.

## OBRAS DE PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO

*Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*, 1.<sup>a</sup> ed., Na officina de Antonio Gonsalves, Lisboa, 1574; 2.<sup>a</sup> ed., Belchior Rodrigues, Lisboa, 1590; 3.<sup>a</sup> ed., em conjunto com os *Exemplares de Diversas sortes de Letras, tirados da Polygraphia de Manuel Baratta*, Alexandre Siqueira, à custa de João de Ocanha, Lisboa, 1592; 4.<sup>a</sup> ed., Alexandre Siqueira, 1592; 5.<sup>a</sup> ed., leitura sobre a edição *princeps* de Rolf Nagel, in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, 9. band 1969; ver NAGEL, «Die Orthographieregeln». Ed. consultadas: Lisboa, 1574 e Lisboa 1590 (Ocanha).

*História da provincia sãta Cruz à que vulgarmête chamamos Brasil*, 1.<sup>a</sup> ed., Na officina de Antonio Gonsalves, Lisboa, 1576; 2.<sup>a</sup> ed., in *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, XXI, Rio de Janeiro, 1858; 3.<sup>a</sup> ed., Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1858; 4.<sup>a</sup> ed., Aldina, Rio de Janeiro, 1910; 5.<sup>a</sup> ed., Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924. *Tratado da Provincia do Brasil*, ed. de Emmanuel Pereira Filho, I.N.L., Rio de Janeiro, 1965. Ed. consultada: Rio de Janeiro, 1965.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY

1911

1911

1911

1911

1911

1911

1911

1911

1911

1911

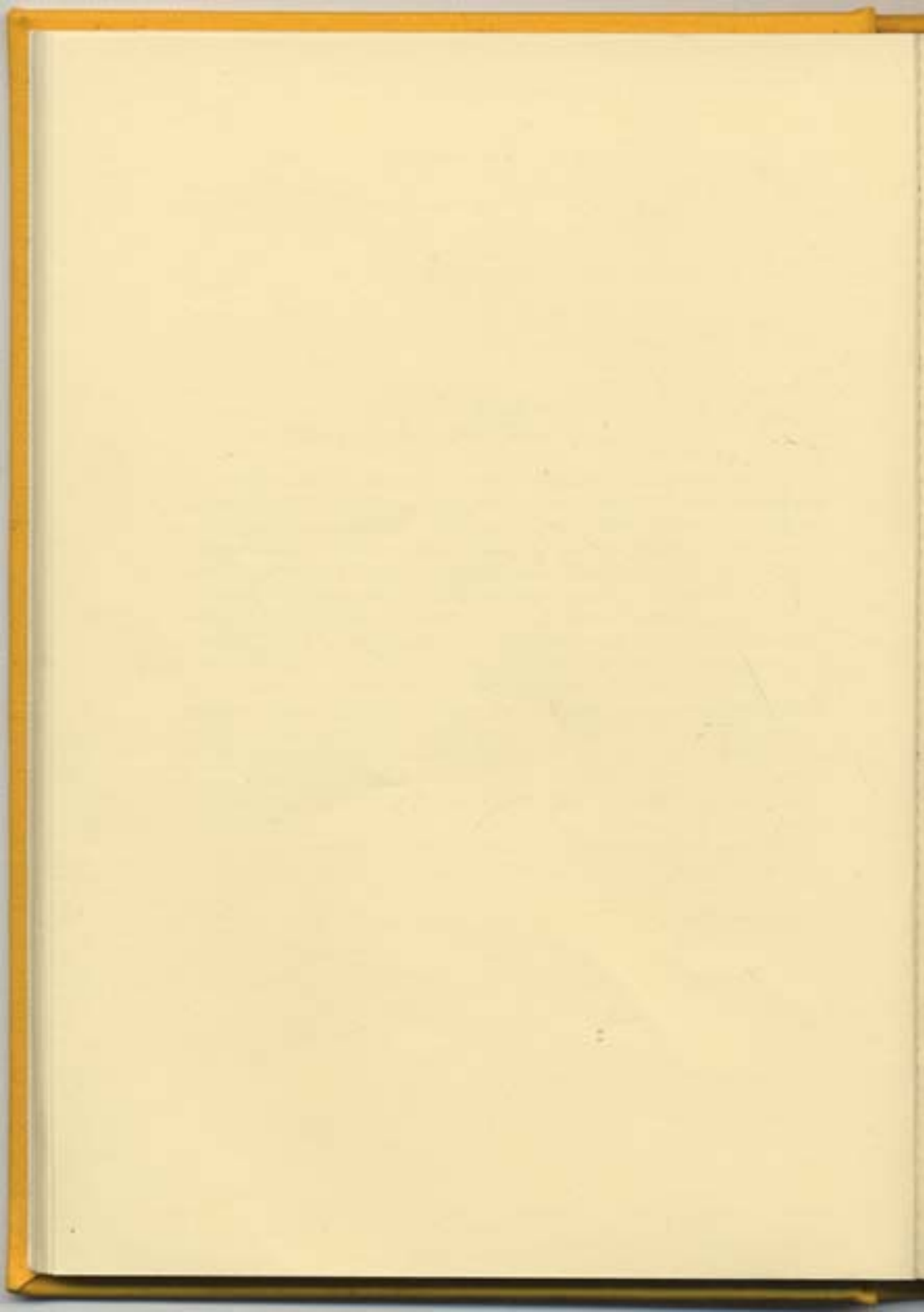
1911

1911

1911

1911







ΚΕΥΚΑΣ  
QVE ENSINAM  
A MANEIRA DE ESCRE-  
VER E ORTHOGRAPHIA DA  
lingua Portugueſa, com hum Dialo-  
go que a diante ſe ſegue em de-  
fenſam da meſma  
lingua.



A V T O R  
PERO DE MAGALHÃES  
DE GANDAIVO.



EM LISBOA  
Na officina de Antonio Gonſaluez,  
Anno de 1574.



COM

216267

RES  
H336

A. M. de S. J. A.

Visto por mandado dos illustrissimos & reuerendissimos senhores da sancta & geral Inquisição esta obra de Pero de Magalhães sobre a orthographia da lingua Portuguesa com hum Dialogo em favor da mesma lingua. E não achey nella cousa contra a Fee & bõs costumes antes tenho o tal exercicio por licito & prouitoso neste genero de materias desta qualidade, & me parece se deue imprimir. Em fe do qual assiney aqui viij. de Outubro. 1574.

F. Bertholaméu  
Ferreira.

Vista a enformação acima escripta imprimase. Em Lixboa a 9. de Outubro de 1574.

Lião Anriquez.

Manoel de Coadros.

## A elRey nosso

senhor.

**P**OR SER A PRESENTE obra ( muito alto & lerentissimo Rey senhor nosso ) em defensão da lingua Portuguesa , & V. A. ter tanta razão de a honrar & engrandecer muito, pella professar & ser senhora da mesma nação, cobrey animo pera a dedicar a V. A. a quem humilmente peço ma receba de baixo de seu emparo , pera que seguramente sem temor dos mal dizentes possa sair a luz, illustrandoa com o nome de V. A. Cuja real pessoa nosso Senhor guarde & deixe reinar per longos annos em muita felicidade.

. Prologo

PROLOGO AO LECTOR:

**V**á das cousas (discreto & curioso lector) que me pateceo ser muy necessaria & conueniente a toda pessoa que escreue, saber bem guardar a orthographia, pondo em seu lugar as letras & os accentos necessarios que se requerem no discurso das escripturas. E porque nesta parte os mais dos Portugueses são muy estragados & viciosos, & com innumeraveis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunciação desta nossa lingua Portuguesa, quis fazer estas regras da orthographia a rogo de alguns amigos, as quaes trabalhey por comprehender em breues palavras

A 3 com

PRÓLOGO

com a menos difficuldade que pude,  
 pera com ellas aproueitar a toda pes-  
 soa que as quizer seguir. Porem ha-se  
 de entender que minha tenção não  
 foy fazellas, senão pera os que não são  
 latinos. E por esta razão quis nellas  
 vsar de algũs exéplos, pera que assi fi-  
 cassem mais claras, & cõ menos tra-  
 balho fossem entédidas de qualquer  
 pessoa ainda que nam tenha ( como  
 digo ) intelligencia de latim. Porque  
 se meu intento fora sómente aprouei-  
 tar com ellas aos grammaticos, ouue-  
 ra os taes exéplos por esculados: pois  
 está claro não serem necessarios tenão  
 a estes que escassamente sabem que  
 cousa he nome, & que cousa he ver-  
 bo. Os quaes ainda que tenham mui

ta

ta

A O L E C T O R :

ta experiencia de escrever , não poderão deixar de cair em muitos erros , se não teuerem algũas regras que nesta parte os allumiem . É allem da orthographia que nas presentes se pode comprehendere , ha muitos vocabulos em que se comete vicio , & são tantos que seria cousa muy comprida querer aqui exprimir & tratar de raiz como se'hão todos de escrever . Porque hũs se escreuem com c , outros com s , & outros com z : cada hum em fim segue sua origem , & assi hũs perdescuido , & outros por não saberem latim ( que he a fonte donde manou a mayor parte destes nossos vocabulos . ) costumão

PROLOGO

trocar muitas vezes hũas letras por  
 outras, o que realmente se nam pode  
 fazer sem offenderem a pronuncia-  
 ção desta nossa linguagem. E se os  
 Portugueses nisto quisessem aduertir  
 com diligencia mostrando se hũ pou-  
 co mais curiosos desta arte de que tão  
 pouco se prezão, não aueria pela ven-  
 tura tantos que praguejassem desta  
 nossa lingua: porque com saberem  
 bem escreuer, saberião bem pronun-  
 ciar os vocabulos, & com os saberem  
 bem pronunciar, ficaria a mesma lin-  
 gua parecendo melhor aos naturaes  
 que a professam. Por onde não auia  
 de auer pessoa que se prezasse de si, q̃  
 não trabalhasse por saber algũ latim,  
 que nisso consiste o falar bem Portu-  
 gues;



A O L E C T O R,

gues: & desta maneira facilmete cui-  
tarião todos estes erros, & serião per-  
fectos em guardar a orthographia cõ  
forme à ethymologia & pro-  
nunciação dos vocabulos:

De como se ha de fazer  
differença na pronunciação de al-  
gũas letras em que muitas pessoas  
se costumão enganar.



S L E T R A S  
que se costumão muitas ve-  
zes trocar hũas por out-  
ras, e em que se com-  
metem mais vícios, nestã  
unã lingua em, sãõ estas que se seguem,  
ccnuem

## ORTHOGRAPHIA

conuemosaber, c, e, z, & isto nasce  
 de não sabermos muitos a differença que  
 ha de hãas ás outras na pronunciação.  
 E assi ha nesta parte erros tão manife-  
 stos, & tambem recebidos de algũas pes-  
 soas, que cuidão que dous ss, em meyo  
 de parte, tem muito mais semelhança de  
 z, que de c, no que totalmente se enga-  
 ão, porque dous ss, tom mais semelhan-  
 ça de c, que de z, assi como remissão,  
 profissão, &c. E hũa mais de z, que de  
 c, ( digo em meyo de dição entre duas  
 vogaes ) assi como, casa, peso, &c.  
 que se estleuer diante consoante ainda que  
 seja em meyo de parte, hũa sô terá a  
 mesma força que tem dous, assi como  
 defensão, descanso, curso, &c. Enõ  
sua

PORTUGUESA:

fin que esta letra s, em principio de dilação, & em meyo diante consoante, & em meyo dobrado entre duas vogaes, sempre tem hũa mesma força & se pronuncia de maneira que parece ter mais semelhança de c, que de z, & em meyo singello entre duas vogaes mais de z, que de c, (como ja tenho dito.) Mas ainda que isto assi pareça, nem por isso terão licença de pôr c, em lugar de s, nem s, em lugar de z, nem z, em lugar de s, nem s, em lugar de c, porque na verdade seria corromperem a verdadeira pronunciação dos vocabulos, & muitas vezes significar hũa cousa por outra; assi como, piffos que se escreuem com dois ff, quando significão os que

## ORTHOGRAPHIA

os que se dão com os pés, & paços quando  
 do se entendem pelas casas reais com c. E  
 outros algũs nomes & verbos ha, que não  
 tem outra differença na significação, se não  
 escreuerem se com s, ou com c, ou com z,  
 assi como cozer que se escreue com z,  
 quando he por cozinhar algũa coisa em  
 fogo, & cozer com s, quando he por cozer  
 com agulha. Tambem ceruo se escreue  
 com c, quando he pelo veado, & seruo com  
 s, quando se entende pelo escravo. E assi  
 tambem celha com c, quando se toma pelo  
 aposento do religioso, & sella com s,  
 quando significa a que se poem no cavallo.  
 E porque de todas estas diuersidades de vo-  
 cabulos que ha em ãossa lingua, se não po-  
 dem fazer regras gerais para se conhecer  
 com que letras se hão de escrever, he for-  
çado.

PORTUGUEZAS

zado que todos os escriuões que nesta parte  
 te quizerem ser perfectos, tenham algum  
 conhecimento de latim, ou ao menos conhe-  
 ção a differença que ha na pronunciação do  
 c, ao s, & do s, ao z, porque se caírem  
 nella, com mais facilidade poderão vrdar  
 muitos erros conforme ao sentido da ore-  
 lha que nesta parte não he pouco fiel: E  
 pera saber como se ha de fazer esta diffe-  
 rença, entendam que quando pronuncia-  
 rem qualquer dição com c, hão de fazer  
 força com a lingua nos dentes debaixo de  
 maneira, que fique alguã tanto a ponta  
 dobrada pera dentro, & quando for com  
 s, porão a lingua mais folgadamente pera  
 cima que fique soando a pronunciação á  
 maneira de offuio de cobra, que esta foy  
 a causa porque os Antiguos formaram o s,  
 da

ORTHOGRAPHIA

da feição da cobra, & o c, à maneta  
 de meyo circulo que fica dobrado semelhan-  
 te à lingua quando o pronuncia. Quanto  
 esta letra z, compozerão os Gregos de du-  
 as letras, conuem saber, do s, & do  
 d, & assi a pronunçião della não he ou-  
 tra cousa, senão a de huns, carregado  
 por respeito doquelle d, que lhe formão  
 diante, o qual d, não deixa soltar a lin-  
 gua tão liurementemente como quando o mesmo  
 s, per si se pronuncia. Assi que esta &  
 todas as mais letras inuentaram os mes-  
 mos Antiguos sapientissimamente, porque  
 cada hũa tem a forma conforme à  
 natureza & semelhança de  
 sua pronunçião.

Das

**D**AS LETRAS COM  
que se escreue, & syllabas que se  
formão della.

**N**ESTA arte do escrever ha vinte  
letras, ou vinte & hũa com este y gre-  
go, a fora h, que lhe não chamão os Latinos  
tetra, senão aspiração. Destas vinte & hũa,  
são seis vogaes & quinze consoantes. As  
vogaes são estas, a, e, i, o, u, y. As consoantes  
as mais que restão. E quantas vogaes teuer  
hũa dição, de tantas syllabas sera. Saluo quã-  
do acontecerem duas vogaes juntas, estas du-  
as não terão mais que hũa só syllaba: quero  
dizer que aquelle u, que se segue sempre di-  
ante q, & algũas vezes diante g, que não  
se conte por vogal, nem se faça menção, se  
não da outra vogal que se segue diante del-  
le. E assi tambem quando j, ou v, seruirem  
de

## ORTHOGRAPHIA

de consoantes, nam se entenderão então por vogaes. As syllabas são estas que se seguem, & distinguemse desta maneira que neste vocabulo significo. con;ue, ni, en, te. Finalmente que hũa syllaba não he mais que hum som que se faz com a voz como cada hũa destas que atras ficam destinadas. Tambem he necessario saber fazer todas estas letras gram. les (ou maiusculas por melhor dizer como lhe chamão os Latinos) pera usarem dellas (como a diante direy) nas partes onde forem necessarias. As quaes se fazem desta maneira seguinte.

**A, B, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, V, X, Z, Y.**

Dos



PORTUGUESA:

**Dos lugares onde se hade**  
 vsar destas letras maiusculas, &  
 das pausas & distincões que se re-  
 querem no discurso das escriptu-  
 ras.



**E**l principio de regra quan-  
 do se começar a escreuer al-  
 gũa cousa, sempre se vsará  
 de hũa letra destas maiuscu-  
 las. E no discurso da escriptura auerá tres  
 maneiras de distincões, pera que o leitor  
 saiba melhor pausar & entender o senti-  
 do da sentença, ou clausula, conuem as-  
 ber, auerá virgula, dous pontos: hum  
 ponto. (da maneira que fica significado)  
Da virgula se vsará quando quiserem de-

B stinguir

## ORTHOGRAPHIA

*stinguir hũa parte da outra indo proseguindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario . Dos dous pontos em algũs lugares , onde se fezer mais pausa . De hum ponto no fim da clausula , onde se acaba de concluir algũa cousa . E logo a diante do mesmo ponto a primeira letra que se seguir serà maiuscula : porque hum ponto sò tem mais força que dous , & os dous mais que a virgula . ¶ E assi todos os nomes proprios , & sobrenomes de homẽs , ou de molheres , & nomes de cidades , de villas , ou de lugares , de reinos , prouincias , nações , & rios , & de nomes exquisitos de animaes , ou bichos feroces , & os doze meses do anno , tambem se escrenerão com letra ma-  
iuscula.*

PORTVGVESAS

DO QUE SE POEM  
per parenthesis.

**Q**VANDO se offerecer em  
algũa parte da escriptura dizer al-  
gũa cousa fora da sentença, que  
muitas vezes se não escusa pera ornamen-  
to, & declaração do que se escreue, põe-  
seha entre dous meynos circulos ( desta ma-  
neira. ) Todavia não sera muita leitura,  
porque se não embarace o leitor, nem per-  
ca o tino da sentença ou pratica que leua  
enfada. A isto chamão os Latinos Paren-  
thesis, o qual ainda que se não lea, nem  
por isso fica o proposito, & sentido da  
pratica desatado, como em algũas partes  
no discurso da presente escriptura se po-  
de ver.

B 2

Do

ORTHOGRAPHIA

¶ Do que se ha de pôr com interrogação.



*V*ANDO for necessario  
escreuer algũa cousa em que  
se faça algũa pergunta a mo-  
do de exclamação , ou de  
qualquer maneira que seja , no fim della  
se porà hum ponto , & junto delle hum  
risco reuolto pera cima , como se pode ver  
nesto exemplo que se segue . Ha pela ven-  
tura cousa no mundo que o homem com a  
industria não alcance? A isto se chama in-  
terrogação , a qual sempre se ha  
de vsar desta maneira que  
digo nas partes se-  
melhan-  
tes.

Dos

PORTUGUESA.

**Q**DOS SINAES QUE SE  
hão de vsar quando se não aca-  
bar a dição no fim da regra, &  
de como se ha de fazer esta diui-  
são.

**Q**UANDO no fim de  
algũa regra se não acabar  
a dição de escreuer por não  
caber na mesma regra, pôr  
seba junto da parte que fi-  
ca escripta dous sinaes desta maneira - que  
significãoirse acabar a outra parte que  
resta no principio da regra que se ha de  
seguir. Porem hase de ter aduertencia  
que em semelhantes lugares nunca se par-  
ta syllaba pelo meyo ainda que pareça ser  
necessario partirse pera igualdade da escri-  
ptura:

**B** 3

ptura:

## ORTHOGRAPHIA

ptura : porque não se sofre estar a consoante em hũa regra, & a vogal na outra, digo quando ambas se ajuntão que fazem hũa syllaba. Saluo esta letra s, nunca se apartará de p, nem de t, ainda que pareça que se parte a syllaba pelo meyo, assim como, estes vocabulos que se seguem & outros semelhantes, quando se ouuesse de partir a syllaba que está antes do s, por não caberem na regra, diuidirse hão desta maneira, re. spondo, de. spacho, bone. stidade, con. stranger, &c. Finalmente que sempre andarã o s, pegado no p, & no t, pera perfectamente se auer de escrever.

¶ E tambem esta letra c, pelo consequente em tal caso nunca se apartará do t, assim como, san. eta, conje. dura, vi. eloria, &c. Ainda que nesta nossa linguagem pela

corruo

PORTVGVE SA.

corrupção dos vocabulos, vsão muito poucas  
 vezes, ou quasi nunca de c, ante t: mas  
 quando o vocabulo o tem de sua origem, &  
 assi inteiramente foy vsurpado do latim pe-  
 ra nosso vso, não sera desnecessario, nem  
 inconueniente vsallo (como algũs querem di-  
 zer) antes vsandose (como digo) nos taes  
 vocabulos, sera muita perfeição: porq̃ quan-  
 to mais chegarmos ao latim estes & outros  
 quaesquer vocabulos latinos que corrupta-  
 mente vsamos guardandolhes fielmente sua  
 orthographia, tanto sera nossa lingua mais  
 polida, & ficara nesta parte mais singular,  
 & appurada que as outras. ¶ E assi tam-  
 bem quando em algum vocabulo se dobrar a  
 consoante, quero dizer quando duas letras  
 semelhantes estuerem entre duas vogaes,  
 ou entre vogal & cõsoante, assim como, approuo,

B 4 afflijo,

## ORTHOGRAPHIA

*affligo, asseguro, &c. & que cada hum dos taes vocabulos se haja de diuidir por não caber na regra, nunca a consoante se apartará da vogal que está antes della: & assi não auendo lugar em que possa caber mais do vocabulo que a syllaba que está ante das duas consoantes, hũa dellas ficará no fim da regra junto da vogal que lhe antecede, & a outra que resta responderá no principio da regra á outra letra & ás mais que a diante se seguirem, assi como, aprouo, officio, necessidade, & outros infinitos a que sempre em semelhantes lugares se ha de guardar esta regra,*

Dos



PORTUGUESA.

**¶ DOS ACCENTOS QUE**  
 se hão de vsar em algũas letras, ou  
 vocabulos que tenerem duuidosa  
 a significação

**Q**UANDO este articulo a, ou  
 as, se ajuntar a algũs nomes fe-  
 meninos, a que se concede ou  
 nega algũa cousa, terá hum accento em  
 cima, assicomo, à vossa geração se deue  
 esta honra, às cousas diuinas se ha de ter  
 grande acatamento, &c. Enfim que assí  
 como dixeramos, ao, ou aos em nomes mas-  
 culinos, assí diremos à, ou às, com este  
 accento em cima em nomes femininos: sal-  
 uo quando se ajuntar a algũs nomes pro-  
 prios, não sera necessario vsarse deste ac-  
 cento nelle ainda que sejam femeninos, por-  
 que

## ORTHOGRAPHIA

que se dixessemos, a Lixboa se deue esta honra, esta claro não ter alli este a, necessidade de accentto, pois se não deue vsar se não quando a pronunçiação carrega nelle da maneira que nos exemplos acima fica declarado onde se denota com o tal accentto o mesmo que outros denotão com dois aa, não sendo a meu juizo necessario mais que hum sò, vsandose nelle deste accentto que digo.

¶ E assi tambem quando se ouuer de vsar desta letra o, em algũa inuocação, pôrseha com hum accentto encima, assicomo . Vos ô poderoso Senhor valeinos, ô grão Rey a judainos, &c. Tambem ha muitos verbos que não se sabe se falão do tempo passado, se do por vir: & pera se tirar esta duuida, quando falarem do tempo passado, se porá o accentto na penultima, que não he a derradei

PORTUGUESA.

ra syllaba, senão a que está antes della, assim como, alcançára, louuára, agradecéra, &c. E quando falarem do por vir, pôr-seba na ultima desta maneira, assim como, alcançará, louuouará, agradecirá, &c. E estes verbos & todos os mais no plural; quando falarem do passado que fezerem o accentto na penultima se escreuerão com m, assim como, alcançaram, louuaram, &c. E quando falarem do futuro que fezerem o accentto na ultima, se escreuerão com ão, assim como, alcançarão, louuarão, &c. Ou tam bem se podem escreuer com m, quer falem do passado quer do por vir, distinguindo esta duvida com os mesmos accenttos da maneira que acima digo. Alem destes ha outros muitos vocabulos, em que he necessario

## ORTHOGRAPHIA

necessario vsarse deste & doutros accen-  
tos, pera que melhor se saibão pronunciar,  
& entender a significação delles. Mas por  
agora não quis tratar aqui, senão destes  
em cuja significação pode auer duuida não  
se vsando do tal accento que acima fica de-  
clarado.

**DAS LETRAS SVPER**  
fluas que se hão de vedar nas par-  
tes onde não forem necessarias.



**V N Q V A** em principio  
nem em cabo de dição, se vsa  
rá de duas letras semelhan-  
tes, nem ainda no meyo,  
saluo quando a origem do vocabulo as pe-  
dir, ou quando algum nome ou verbo for  
compo

PORTUGUESA.

composto como a diante se dirá.

Em nenhũa dição diante consoante se seguirão nunca dous rr, porque sera grande vicio, assim como, Henrique, honra, &c. que se escreuem com hum sô r, & não com dous como muitas pessoas costumão: porque hum r, diante consoante tem tanta força como em principio de dição, & por isso he desnecessario nas taes dições usarem de dous, senão de hum sô.

¶ Outras impropriedades de letras se vñão em algũs nomes, que são tão bem recebidas & acceitas na terra, como se as teuessem de sua origem, os quats são estes, & costumão se escrever desta maneira á imitação dos Gregos, Xpo, Ihs, Xpão, Xpuão, espiuão: auendosi de escrever destoutra, Christo, Iesus, Christão, Christouão,

ORTHOGRAPHIA

*stouão , escriuão . E ainda que destas duas  
as maneyras se vse , & a pronunciação toda  
seja hũa , todauia como eu digo sera melhor  
usado , pois estas são as letras de sua natu-  
ral origem com que se deuem escrever .*

¶ DE COMO SE HAÓ DE  
escreuer os nomes & verbos  
compostos.

**T** O D O S os nomes & ver-  
bos que forem compostos de  
estas letras, a, i, o, di, a pri-  
meira que se seguir diante  
de qualquer dellas , sera  
dobrada . De a, assicomo, affirmo, acciden-  
te, asseguro, &c. De i, assicomo, illustre,  
innumeravel, irregular, &c. De o, assico-  
mo

PORTUGUESA:

mo, officio, oppressão, offendo, &c. De di, assicomo, differente, dissimular, difficuldade, &c. E pelo mesmo caso que esta regra se guarda em o latim, se deue tambem guardar com a mesma fidelidade nesta nossa linguagem.

¶ Da pronuncia-  
ção G.



**S** E M P R E diante g, se seguirá u, ante e, & ante i, quando se pronunciar com força, assicomo, guerra, sangue: guitarra, guia, &c. E se não tener este u, ante e, & ante i, terá a pronunção desta maneira, assicomo,

## ORTHOGRAPHIA

*assicomo, gente, geração: fugida, regimento, &c. E quando diante g, se seguir a, ou o, nunca se porá u, assicomo, Gonzalo, gozo, braga, lugar, &c. Salvo quando for necessario a pronunciação gostar delle, assicomo, igual, guarda, lingua, &c.*

**DAS PARTES A QUE**  
se ha de ajuutar esta  
aspirção H.

**A** EST A letra a, se ajuntará h, quando for verbo, que significar auer alguma coisa, quer com elle se affirme quer se negue, *assicomo, ha muitos annos que vi foão, não ha*



PORTUGVÊS A

há impedimento de ninguém, &c.

E assi tambem ao mesmo a, se ajuntará h, quando com elle significar algũa exclamação, então neste lugar se porá h, diante, assicomo. Ah desaventura tão grande. Ah campos Lusitanos suspiray, &c.

Tambem a esta letra e, se ajuntará h, quando for verbo, que significar ser algũa cousa, quer negando quer affirmando, assit como, he muito meu amigo. não he quem parecia, &c. E isto não porque o tenha de sua origem, mas pera com elle denotar que he verbo como digo, & não conjunção. Posto que tambem costumão algũas pessoas por escusar este h, no tal verbo, escrevenllo somente com hum accento em cima desta maneira é. Finalmente que de qualquer destas se pode vsar. Mas porque com este ac

C cento

## ORTHOGRAPHIA

cento he muito pouco usado, & muitas  
 pessoas o auerão por novidade, ignorando  
 pela ventura o que o tal accento denota,  
 parece-me que sera mais acertado & me-  
 lhor escreuello com *h*, por ser pelo costume  
 mais claro & facil a todos, que destoutra  
 maneira que digo (saluo meliori iudicio.)

¶ E pelo conseguinte he necessario usar  
 se tambem deste *h*, em algũs vocabulos am-  
 da que de si o não tenhão, não porque seja  
 necessario a pronunciação gostar delle, mas  
 por razão de se entenderem, & significa-  
 rem melhor, conforme ao uso desta nossa  
 linguaagem, assis como, *hum*, *hũa*, *hia*, *hi*.  
 Porem tirando estes, muy raramente, ou  
 nunca teremos necessidade em principio  
 de dição, usar mais delle, saluo em algũs  
 vocabulos que o tenherem de sua origem,  
*assie*

PORTUGUESA:

assim como, homem, honra, honestidade, história, &c.

DE QUE MANEIRA  
& em que lugares se ha de vsar  
desta letra I, & onde ha  
de ser grego.

**I**STA letra I, se ha de  
escreuer de tres maneiras,  
& de cada hũa se ha de  
vsar nas partes onde for ne-  
cessario, conuemasaber, j,  
comprido, y, grego, i, pequeno. Deste j,  
comprido se vsará, quando seruir de conso-  
ante, quer em principio de dição, quer em  
meyo, assim como, jornada, sobeja, &c. Este y  
grego se seguirá sempre em meyo de dição, quando

I acontecer

## ORTHOGRAPHIA

ãcontecer entre duas vogaes, & nunca te  
 ra pronunciação de consoante, assicomo, jo-  
 ya, mayor, moyos, &c. E noutra nenhũa  
 parte se deue vsar, nem sera sofriuel, Jal-  
 uo se for em cabo de dição diante vogal,  
 assicomo, Rey, darey, foy, muy, &c. que  
 parece bem em semelhantes lugares, & não  
 offende à pronunciação da linguagem. Não  
 trato dos vocabulos que o tem de sua ori-  
 gem, porque esses de seu se está não lho ne-  
 garmos quando se offerecerem, & nos vie-  
 rem á noticia. E posto que aja opiniões de  
 algũas pessoas que sò nos taes vocabulos q̃  
 o tenerem de sua origem se ha de vsar del-  
 le, não faltão outras muitas (cujo parecer  
 he digno de grande authoridade) que affir-  
 mem auerse de vsar deste y, nos lugares q̃  
 digo, ainda que o não tenham de sua origem,  
assi

PORTVGVEZA.

assi pela necessidade que nesta nossa lingua  
gem temos delle, como por estar ja tão bem  
recebido pelo costume, que pareceria estra-  
nho querer vedallo, mayormente sendo tão  
necessario como digo nas partes semelhan-  
tes.

Este *i*, pequeno servirá sempre em to-  
das as mais partes, que se offerecer.

DOS LVGARES

onde se ha sempre de se-  
guir M.

**A**NTE *p*, *m*, *b*, sempre se es-  
creuerá *m*. Ante *p*, assicomo,  
imperio, companhia, emparo,  
&c. Ante *m*, assicomo, immenso, summo,  
immortal, &c. Ante *b*, assicomo, Ambra

C 3    fio,

## ORTHOGRAPHIA

sto, ambição, embargo, &c. E noutra  
nenhũa parte se seguirá ante consoante se  
não n.

### DE COMO SE HA DE vsar desta letra R.

**V**ANDO em meyo de  
dição a pronunciação desta  
letra r, for dobrada, fem-  
pre se escreuerá com dous  
rr, asicomo, terra, socor-  
ro, ferro, &c. Saluo diante consoante se  
seguirá hũa só ( como ja tenho dito ) ain-  
da que pareça que a pronunciação pede do-  
us, asicomo, tenro, genro, &c. porque se  
não sofrem duas letras semelhantes diante  
consoante.

Nunca

P O R T U G V E S A :

Nunqua se vsará deste R, maiusculo em meyo de parte algũa, nem ainda em principio, como vsão muitos, saluo nos lugares onde se ouuer de vsar de letra maiuscula como a tras deixo declarado.

¶ DE COMO SE HA DE vsar desta letra V.



Empre em principio de qual quer dição se vsará deste v, meão, & em meyo sempre sera u, pequeno, ainda que sirua de consoante, asy como, viuua, viuer, &c.

Outras regras não sinto ao presente que aqui possa trazer, nem de que deua mais particularmente fazer menção, porq̃ meu intêto

Orthographia Portugueza

não foy tratar aqui, senão destas que bõa  
mente se podessem entender dos que não sa-  
bem latin pera com ellas euitar algũa para-  
te dos muitos vicios & barbarismos que ne-  
lla nossa linguagem se cometem. E por  
isso pretendi ser nellas facil, &  
passar por tudo isto com  
breuidade.

¶ Fim.




SEGVE SE HVM

Dialogo em defensão da lingua Portugue-  
sa, sobre a qual tem disputa hum Portu-  
gues com hum Castelbano, onde por  
se tratar desta materia usa ca-  
da hum de sua lingua  
gem na maneira  
seguinte.

Interlocutores.

Petronio. Portugues.  
Falencio. Castelbano.

Pet.  Embrame, senhor  
Falencio, que os dias  
passados nos acham-  
os em casa de Fla-  
minio nosso amigo,  
onde

Dialogo em louvor da

1. Onde reuoluendo certos liuros de  
2. diuerfas linguagēs, a que menos  
3. vos quadrou & mais vitupera-  
4. stes, foy esta nossa Portugueſa de  
5. que todos praguejaes, sendo ella  
6. em ſi tão graue & tão excellente  
7. aſſi na proſa como no verſo que ſó  
8. a latina lhe pode neſta parte fazer  
9. ventagem. Quisera logo então  
10. (como ſabeis) prouáruos esta ver-  
11. dade, & mostraruos per razões  
12. claras quanto esta nossa excede á  
13. vossa: mas porque o tempo nem  
14. o lugar erão pera esta diſputa, não  
15. fomos com ella mais por diante.  
16. Pelo que aſſentamos (ſe vos lem-  
17. bra) de concluir esta queſtão o  
18. primeiro dia que nos viſſemos.

Fal.

Lingua Portuguesa.

Falen. Por cierto señor Petronio que  
no es poco de agradecer el amor  
que en esso mostrais a vuestra na-  
turaaleza. Porque siendo essa opi-  
nion tan contraria de todos, y  
conoscida vuestra lengua por la  
mas tosca y grossera del mundo,  
quereis defenderla y sustentar el  
contrario: lo que yo creo que  
que no sera, sino con algunas ap-  
parentes razones, o argumen-  
tos sophisticos de que suelen vsar  
los hombres sabios & de buenos  
ingenios para que se juzguen por  
buenas y verdaderas sus opinio-  
nes.

Petro. Pouca necessidade tenho eu  
senhor Falencio, de buscar pera  
esta

Dialogo em louuor da

esta disputa argumentos dessa qua-  
lidade, auendo tantas & tão ver-  
dadeiras razões que nesta parte  
me fauorecem & com verdade  
posso alegar. Mas ja que temos  
mouida esta questão, & o tempo  
nos dá lugar pera a concluir, ago-  
ra vos peço me digais, qual he a ra-  
zão que tendes pera julgar por tof-  
ca, & grosseira esta nossa lingua,  
que em extremo folgarey de a ou-  
uir?

Fal. La causa señor Petronio, de vue-  
stra lengua ser juzgada por essa  
(no solo de todas las naciones del  
mundo, mas aun de los mismos  
Portugueses que la poseen) es por  
que en su principio como se pue-  
de

Lingua Portuguesa.

de ver en el lenguaje de algunas historias y chronicas antiguas de Portugal, vsauan muchos vocabulos muy diferentes y improprios de su natural significacion y origen. Y despues conociendo los hombres por el tiempo adelante la impropriedad, y poca policia deste lenguaje, vinieron poco a poco apurando lo con diriuar y componer vocabulos de diuersas lenguas ayuntando los a la suya: y assi con fauor delas agenas supplieron muchos defectos que ella en si tenia. Por dode se no puede llamar verdadero Portugues el que agora en estos tiempos vsais, sino el antiguo que en principio se vsaua, como

Dialogo em louuor da

como ya tengo dicho . Y por esso  
con razon llaman todos a esta len-  
gua barbara , que en la realidad  
dela verdad lo es, pues de si es tan  
pobre , y tan poco polida , que  
sin ayuda delas otras quedaria tan  
ruda y tosca, que en estos tiem-  
pos no se poderia oir , ni aun en-  
tender delos mismos Portugue-  
ses:

Petro. Nessa opiniao não consenti-  
rey eu , nem vos senhor Falencio  
deuieis de ir com ella mais por di-  
ante : porque aueis de saber que  
esta nossa lingua foy inuentada  
como forão as outras linguas . E  
se algũa nesta parte a fauoreceo  
foy a Latina , da qual todos estes  
nosso

língua Portuguesa.

nosso vocabulos, ou a mayor parte delles trazem sua origem. E assi a linguagem que nesse antigo tempo se vsaua neste nosso Portugal a que vos chamais tosca & ruda, está claro em muitos vocabulos ser mais chegada ao latim que esta que agora vsamos: porque hoje em dia ha neste Reino lugares onde ainda se vsa delles como antiguamente. Pelo que se póde affirmar com verdade q̄ não era outra cousa esta maneira de falar senão hũ latim corrupto. Mas como a gête pelo tẽpo a diãte fosse e crecimẽto, & os homens teuesẽ necessidade de exercitar esta lingua e varios negocios,  
cada

Dialogo em louvor da

71 cada vez a forão mais appurando  
72 descobrindo nella outros voca-  
73 bulos que ainda que não são la-  
74 tinos como estes antigos que a-  
75 tras deixamos, todavia soam me-  
76 lhor aos ouvidos da gente polida,  
77 & são mais proprios & accomoda-  
78 dos pera significarem aquillo que  
79 queremos, que outros que aja em  
80 nenhũa lingua. Ora naquelles em  
81 que seguimos o latim, não há  
82 que reprehender, pois claramen-  
83 te se vé que quanto mais a elle  
84 nos chegamos, tanto melhor pa-  
85 recem & mais authorizada fica  
86 nossa linguagem. Pela qual razão  
87 se não pode negar ser este o natu-  
88 ral, & verdadeiro Portugues que  
89 agora



Lingua Portuguesa.

agora usamos no qual se desapaesio-  
nadamente quizerdes pôr os olhos,  
& notar a ethymologia & signifi-  
cação de algus vocabulos desta nos-  
sa lingua, achareis que em muitas  
partes faz ventagem á vossa, como  
logo vos posso mostrar em hum  
nosso vocabulo que agora me lem-  
bra (allem doutros muitos que a-  
qui não alego por escusar prolixida-  
de) & he que dizemos olhar, &  
vós mirar: pois se o instrumento  
com que vemos chamamos olhos,  
com razão dizemos olhar & vós cha-  
maishe ojos, & dizeis mirar. O qual  
verbo não pode ser conueniente,  
nem conforme a sua significação,  
sem dizerdes ojar, ou chamardes

D

aos

Dialogo em louuor da

aos olhos miros . Outras muitas  
impropriedades de vocabulos ha de  
sta maneira em vossa lingua que  
muy raramente ou nunca se acha-  
rão na nossa . E allem disso outros  
temos cá de que vós lá careceis, sem  
os quaes não podeis por nenhum  
modo bem explicar aquillo que el-  
les significão, conuém saber, dize-  
mos geito, saudade, lembrança, pia-  
guejar, enxergar, agasalhar, &c. E  
nos não carecemos daquelles con-  
que vós quereis significar ehes & os  
mais que ha. E por todas estas ra-  
zões, & outras muitas que alegarey,  
não se pode a esta nossa lingua cha-  
mar pobre nem grosseira, pois na  
realidade da verdade, o não he, nem  
pessoa

lingua Portuguesa.

peſſoa que ſentir bem della auera  
que tal confefſe.

FALENCIO.

¶ Bein ſe ſeñor Petronio, que ſiem-  
pre en vueſtras razones y argumen-  
tos os auéis moſtrado hombre de  
grande ingenio: mas aun que conel  
pretendais eſcreuer las mias, no de-  
xaré de ſuſtentar eſta opinion de  
vueſtra lengua ſer la que digo, ha-  
ſta no ver contra my otras mas vr-  
gentes que me obliguen a confefſar  
el contrario. Y por eſto os ſuplico me  
digais ya q̄ ella es tan delicada y excelé-  
te como dezis, y tiene tãta grauedad é

callos

D 2    lu

Dialogo em louuor da  
su estylo : qual es la causa porque  
todas las naciones del mundo la a-  
borrecen tanto , y la tienem en tan  
poco.

FALENCIO.  
PETRONIO.

A causa desse aborrecimento , & des-  
prezo ( ou por melhor dizer inue-  
ja ) senhor Falencio , naceo de ella  
fer em si tão difficultosa , que de ma-  
rauilha vimos estrangeiro algum que  
a podesse bem tomar, ainda que nes-  
te Reino andasse muitos annos , &  
trabalhasse pela imprendet quanto  
humanamente fosse possiuel. E da-  
qui vem a todas as nações aborrece-  
rem na tanto , & não na poderem  
gostar,

lingua Portuguesa.

gostar, por lhes ser ( como digo ) tão pouco facil, & de tão ruim desistão;

**FALENCIO.**

¶ Luego si assi es, muy mejor es la Castellana y mas vtil a todos: pues no hay nacion enel mundo que no la tome con mucha facilidad, y la tenga en mucho mas estima que la vuestra, la qual con razon se deue llamar grossera y tosca, ya que es tan escabrosa y difficil de tomar, que no aprouecha a nadie el vso della sino a sus naturales.

**PETRONIO.**

Antes hũa das prouas que eu tenho

D 3

de ella

Dialogo em louuor da

de ella ser melhor , & muito mais delicada que a vossa , he por essa difficultade que vós lhe achais, porque vemos por experiencia que quanto as cousas em si são melhores , & mais excellentes, tanto he mais trabalhoso & difficil ao homem alcançallas. Quanto mais se esta nossa lingua fora difficultosa por causa de ser barbara , & grosseira, de crer he, que a mesma difficultade tiueramos em tomar as outras linguas , que tem os estrangeiros em tomar a nossa. Mas pelo contrario he ella tal, & de tanta preminencia, que a todos os naturaes habilita & dispoem de maneira, que em pouco tempo & com muita facilidade ( como claramé

lingua Portuguesa.

famente se vé por experiencia) to-  
mão qualquer lingua estranha, &  
nisto fazem ventagem a todas as ou-  
tras nações.

**FALENCIO.**

¶ Eſſo no niego yo, ni dexo de  
conoscer, ſeñor Petronio, la razon  
que en eſſa parte teneis: porque he  
viſto muchos Portugueſes en Caſti-  
lla hablar nueſtra lengua, como ſi  
fuera de ſu naturaleza ſuya. Y en  
Italia por el conſiguiente algunos vi-  
de que en ella no diffirian delos  
miſmos Italianos. Mas eſſo tam-  
bien ſe puede referir a ſus buenos

D 4      inge:

Dialogo em louuor da

buenos ingenios y habilidades que  
tienen de su naturaleza, y no ala dis-  
puficion de su lengua.

Petronio.

Dizeime senhor Falencio, se hum  
homem não for bom musico, & te-  
uer ruim voz, por muito habil, &  
sentido que seja, poderá bem contra-  
fazer a outros quaesquer musicos  
que ouça?

Falencio.

Esso mal podra ser, si el no tiene boz  
que le ayude.

Petronio.

Pois de crer he, que se os Portugueses  
teuerão ruim lingua, & fora tão gros-  
seira como dizem, que não contra-  
fezeram com ella tambem as outras  
linguas



lingua Portuguesa.

linguas, nem lhes aproucitára nesta parte seu bom ingenho.

Falencio,  
Pues señor Petronio, ya que essa gracia es attribuida a la capacidad de vuestra misma lengua, y por virtud della sois tan habilissimos en tomar las agenas, qual es la causa porque los mismos Portugueses siendo ella suya la desdeñan, y por su boca confessan ser ella la mas tosca y barbara del mundo?

Petronio.  
A isso vos respondo, senhor Falencio, que esta nação Portuguesa pela maior parte, he mais affeçoada ás coulas dos outros Reinos, que ás da sua mesma natureza, coisa que se não  
acha

Dialogo em louvor da

acha nas outras nações: porque todas engrandecem sua lingua, & fazem muito pelas cousas que quadraõ nella, fõs os Portuguezes parece que negão nesta parte o amor á natureza. E daqui vem a muitos dizerem mal de sua lingua, & consentirem na opiniãõ dos estrangeiros, o q realmente se póde attribuir mais a ignorancia, que a razão algũa que a isso os moua. Porem os homẽs de bom juizo que bem a sentem, não podem deixar de engrandecer muito, & confessar comigo que a ella se deve mais louvor que á vossa.

Falencio.

¶ Creo yo señor Petronio, que de  
uco

lingua Portuguesa.

tien ser muy pocos o quiza ningunos, los que quieran assentir con vós en essa opinion. Porque hombres Portugueses muy principales y de grandes ingenios, escriuieron, y aun oy dia escriuen sus obras en Castellano por ser language mas appazible y dulce, y sonar mejor a los oydos que la vuestra: y esto es tan notorio y manifesto, que hasta los niños vuestros naturales conoscen y confiesan esta verdad.

Petronio.

¶ Não he bastante razão essa que alegais pera que vossa lingua por esse respecto mereça ser preferida á nossa,  
Porq̃

Dialogo em louvor da

Porque auéis de saber que cada lingua per si tem hum estylo mais proprio, & em que melhor parece, como he, a Grega nos versos, a Latina nas orações, a Toscana nos sonetos, a Portuguesa nas comedias em prosa & no verso heroyco, a Castelhana nas trouas redondas & garridas que naturalmente parecem feitas & inventadas pera ella. E daqui veo a muitos Portugueses vendo quã bem parecia neste estylo, & que nella se achaua mais facilmete cõsoantes pera verso, exercitarem na por seu passatempo em eglogas, canções, elegias, & cantos pastorijs que são materias leues, & accomodadas ao estylo da mesma lingua. Mas cousas graues,

&

lingua Portugueza.

& de importancia , não me dareis ne-  
nhum Portugues antigo nem mo-  
derno que as tratasse nem escreuesse  
em vossa lingua . E se quereis sa-  
ber quam pouca necessidade temos  
della , vede o estylo das comedias &  
dos versos do nosso verdadeiro por-  
tugues Francisco de Sã de Miranda,  
que foy o primeiro que nesta nossa  
Lusitania o descubrio com tamanha  
admiração , que de todos em geral  
ficou confessada esta verdade . Vede  
a Asia daquelle famoso & excellen-  
te escriptor Ioam de Barros que por  
ella em Veneza está preferido a Pro-  
lomeu . Vede a primeira & segunda  
parte da Imagem da vida Christãa  
daquelle doctissimo varão Frey He-  
ctor

Dialogo em louvor da

do **Dr** Pinto que agora em nossos dias  
sahio a luz : Vede o estylo da lingua-  
gem de Lourenço de Caceres, de Frá-  
cisco de Moraes, de Iorge Ferreira,  
de Antonio Pinto, & doutros illu-  
stres varões que na prosa tanto se af-  
finalaram, descobrindo com seus in-  
genhos peregrinos o segredo da graui-  
dade & fermosura deste nosso Portu-  
gues. Pois se no verso heroyco vos  
parece que a vossa lhe pode fazer ven-  
tagem : vede as obras do nosso famo-  
so poeta Luis de Camões de cuja fa-  
ma o tempo nunca triumphará, ve-  
de a brandura das daquelle raro espi-  
rito Diogo Bernardez : vede finalmē-  
te as do doctor Antonio Ferreira de q̃

o mun-  
do

lingua Portugueza.

O mundo tantos louvores canta: & em cada hum destes autores achareis hum estylo tão excellente, & tão natural & accomodado a esta nossa lingua, que forçadamente auéis de vir a dezeruos de vossa opinião, & confessar comigo ser ella indigna desse nome que vos lhe dais. Pois se quereis ver a lingua de que he mais vizinha, & donde manou, lede a arte da grammatica da lingua Portugueza que o mesmo Ioann de Barros fez, & o mesmo podeis ver no liuro da antiguidade de E-uora de Mestre Andre de Resende, onde claramente se mostra, que co pouca corrupção deixa de ser Latina.

Enfim

Diálogo em louvor da

Enfim que se alguma comrazão se po-  
de chamar barbara he a vossa, a qual  
roma da lingua Arabia, & a mayor  
parte dos vocabulos falais do papo  
com aspiração: & assi fica húa lin-  
guagem imperfecta, & mais corru-  
pta do que vos dizeis que a nossa he.

Falencio:

Pues señor Petronio, ya que con el  
arteficio de vuestras razones quereis  
ahogar, y confundir las mias, y pien-  
sais quedar vencedor, y triumphar  
de my opinion: agora os quiero pro-  
uar en como la nuestra lengua es mas  
propinqua al latin que la vuestra,  
con algunos vocabulos que aqui  
offereceré, conuiene alaber. Dezis  
hontem, nos hayer, el latin heri.  
Dezis



Lingua Portugueſa.

Dezis engenho, nos ingenio, el latin ingenio. Dezis dores, nos dolores, el latin dolores. Dezis cores, nos colores, el latin colores. Dezis calmas, nos calores, el latin calores. Dezis paixões, nos paſſiones, el latin paſſiones. Dezis peſſoa, nos perſona, el latin perſona. Enſim otros muchos vocabulos ha en nueſtra lengua, que difieren muy poco, o quali nada dela latina, delos quales la vueſtra es muy remota, como en eſtos os tégomoſtrado. Pues como la lengua Latina ſea madre delas otras lenguas, y mas copioſa y excellente de todas quantas hay (como ſabemos) aquella q̄ mas ſemejate y propinqua fuere a ella, eſſa ſerâ mejor y mas ſingular q̄ las otras.

E      Se

Dialogo em louvor da  
Petronio.

¶ Se cõ essa razão vos parece , senhor Falencio, que tendes concluido, ainda vos prouarey que a nossa he mais chegada ao latim que a vossa , como se pode ver em outros muitos vocabulos nossos de que a vossa tambem se desuia : algũs delles são estes que se seguem . Vos dizeis lingua , nos lingua , o latim lingua . Dizeis pluma , nos penna , o latim penna . Dizeis té prano , nos cedo , o latim cito . Dizeis lexos , nos longe , o latim longe . Dizeis años , nos annos , o latim annos . Dizeis daño , nos damno , o latim dāno . Finalmente que se quantos me occorrem vos quilelle aqui dizer , seria cousa infinita de nunca acabar ,  
porquẽ

Dialogo em louvor da

porq̃ (como digo ) a mayor parte dos  
vocabulos pronúciaes cõ aspirações,  
por onde fica vossa lingua muito ma  
is remota, & defuiada do latim que a  
nossa: & se não vedeo nestes que ago  
ra vos direy . Vos dizeis hembra, nos  
femja, o latim femina . Dizeis hierro  
nos ferro, o latim ferro . Dizeis hiel,  
nos fel, o latim fel . Dizeis hado , nos  
fado, o latim fato . Dizeis huir nos fu  
gir, o latim fugere . Dizeis hazer, nos  
fazer, o latim facere . Pois daqui pode  
is inferir quanto melhor , & mais gra  
ue he a nossa lingua: & se quizerdes sa  
ber quanto nesta parte excede não só  
mente á vossa, mas ainda ás outras de  
q̃ não tratamos , a este proposito vos  
contarey, que hum dia em Paris se a-

E 3 chá

charam nũa certa parte homẽs de di-  
 versas nações, os quaes vierão a di-  
 sputar de suas linguas, & cada hũ fez  
 versos em latim buscando vocabulos  
 mais semelhantes a sua, & nenhũa se  
 achou que mais participasse do latim  
 que a nosa: porque dez ou doze ver-  
 sos se fezerão, q̃ não descrepão da lin-  
 gua Latina cousa algũa, nem da Por-  
 tugueza: dos quaes me lembrão estes  
 que se seguem.

*O quam diuinos acquiris terra triumphos,  
 Tam fortes animos alta de sorte creonlo.  
 De numero sancto gentes tu firma reseruas  
 Per longos annas diuas tu terra beata.  
 Cõtra non sanctos te armas furiosa Paganos.  
 Vnus tu semper gentes maclando feroces,  
 Que et hinc per Turcos fortes Indos das saluos.  
 De Iesu Christo sanctos mostrãdo Propbetas.*

Dislogo em fonnor da

¶ Ficarão todos tão enleados quando nestes versos virão a perfeição desta lingua, que não poderam deixar de a confessar por melhor, & mais chegada ao latim de todas. E assi tambem vós senhor Falencio, diuieis de cair na conta, & acabar de conhecer que por todas as vias he ella mais polida & delgada que a vossa.

Falencio.

¶ Aunque con todas essas razones os parezca que aueis prouado fuerça contra las mias, con todo esso no creo señor Petronio, que totalmête sean bastantes para deshazer my opinion. Porque supuesto que en esos versos se

lingua Portuguesa.

se muestre vuestra lengua tan cerca del latin, tambien se de espacio pensassemos en la nuestra, podria ser que hallassemos vocabulos con q̄ hiziesse mos otros tantos, o mas en nuestro lenguaje, y tan latinos como essos q̄ auéis alegado.

Petronio.

Não me parece, senhor Falencio, que sera possiuel achar des vocabulos tão perfectamente latinos nem que tão bem pareçãõ em vossa linguagem, q̄ vos situãõ pa versos desta qualidade.

Falencio.

¶ Y que razon aura, señor Petronio, para que tan perfectamēte los no hallemos en la nuestra, auēdo entre ambas ð vna ala otra tan poca differēcia?

porq̄

lingua Portugueza.

Petronio.

Porque alem de as aspirações q̄ vsais vos corromperem (como ja disse) a se melhança que a vossa lingua podia ter com a Latina, tendes nella muitas syllabas que se dobrão per duas letras vogaes, que o latim nem nós nunca vsamos: como he, tierra, suerte, muer te, fuerte, luengo, cierto, & outros infinitos vocabulos, nos quaes a nossa segue o latim, & não descrepa delle cousa algũa, & a vossa totalmente parece que nelles se esmerou em se desuiar delle, como se desta maneira ficasse mais perfecta.

Falencio.

¶ Ora senhor Petronio, vos lo teneis muy bien hecho, y hasta aqui disputado

Dialogo em louvor da

tado sabiamente como hombre de grande ingenio, y que no desseja poco engrandecer las colas de su naturaleza. Y por esso demos fin a nuestra disputa, y seamos amigos como siempre lo fuimos, que lo demás poco nos importa.

Petronio.

Dessa maneira, senhor Falencio, ja q̃ contra minhas razões não tendes mais q̃ arguir, & o campo fica por meu, demos por concluida nossa questão, que isto he tarde, & vãose fazendo horas. Por isso não me detenho mais, si quaiuos embora que outro dia nos veremos.

Fim.



RES.  
4336





L  
30051

